

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

IDELMAR SILVA DOS SANTOS

**A MORALIDADE ECONÔMICA COMO ÉTICA CAMPONESA: A
campesinidade como experiência e projeto na perspectiva de duas famílias
do Assentamento 26 de Março, Marabá-pa.**

MARABÁ-PA 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

IDELMAR SILVA DOS SANTOS

**A MORALIDADE ECONÔMICA COMO ÉTICA CAMPONESA: a
campesinidade como experiência e projeto na perspectiva de duas famílias
do Assentamento 26 de Março, Marabá-pa**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Idelma Santiago da Silva

MARABÁ-PA 2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá,PA

Santos, Idelmar Silva dos

A moralidade econômica como ética camponesa: a campesinidade como experiência e projeto na perspectiva de duas famílias do Assentamento 26 de Março, Marabá-PA / Idelmar Silva dos Santos ; orientadora, Idelma Santiago da Silva. — 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura de Educação do Campo, Marabá, 2016.

1. Economia – Aspectos morais e éticos – Marabá (PA). 2. Valores sociais. 3. Camponeses – Marabá (PA). 4. Assentamento humano– Marabá (PA). I. Silva, Idelma Santiago da, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 303.6098115

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

IDELMAR SILVA DOS SANTOS

**A MORALIDADE ECONÔMICA COMO ÉTICA CAMPONESA: a
campesinidade como experiência e projeto na perspectiva de duas famílias
do Assentamento 26 de Março, Marabá-pa**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Idelma Santiago da Silva

Data de aprovação: Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Idelma Santiago da Silva (Orientadora)

Prof. Dr. Jerônimo da Silva e Silva (membro).

Prof. Me. Amintas Lopes da Silva Júnior (membro).

Conceito: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família (esposa e filhos) e respectivamente aos meus familiares (pai, mãe e irmãos) e amigos que me apoiaram e acreditaram na minha capacidade de realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, porque sem Ele eu não teria as mínimas condições de realizar este trabalho de conclusão de curso, que por certo, foi demorado. Agradeço aos meus professores, em especial aqueles que estiveram bem próximos a mim no acompanhamento da construção deste trabalho. Particularmente à professora Idelma Santiago, que me orientou depois de certo tempo em que estive a flunar nos momentos de crise epistemológica, principalmente no início desta caminhada. Graças ao seu compromisso ético e profissional associado ao rigor acadêmico, consegui visualizar o caminho que conduziu a esta produção. Agradeço aos agricultores do Projeto de Assentamento 26 de Março, em especial às famílias: do seu Antonio Santos Balduino e do seu José Pires da Silva que me acolheram de bom grado e compartilharam suas experiências na construção deste trabalho. Enfim, agradeço a todos os que contribuíram direta e indiretamente na realização desta pesquisa.

LISTA DE ABREVIATURAS USADAS

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CEPASP - Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

GEE – Grau de Exploração Econômica

GUT – Grau de Utilização da terra

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MIRAD – Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PGE – Procuradoria Geral do Estado do Pará

SIPRA – Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária

SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

STR – Sindicato dos trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	9
1 – ECONOMIA MORAL ALGUMAS CONSIDERAÇÕES -----	12
1.1 – Origens da economia moral -----	13
1.2 – O conceito de Economia Moral E. P Thompson-----	18
1.3 – Economia Moral Revisitada – Rebatendo as críticas e reforçando o uso adequado do termo -----	20
1.4 – Campesinidade, a lógica subjetiva do camponês -----	24
2 – HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO-----	27
2.1 – OMST no sudeste paraense-----	29
2.2 – Ocupações e conquistas de assentamentos da reforma agrária no sudeste paraense-----	35
2.3 – A fazenda Cabaceiras e a criação do Projeto de Assentamento 26 de Março-----	36
3 – A CAMPESINIDADE ENQUANTO EXPERIÊNCIA E PROJETO-----	48
3.1 – Trajetórias de vida dos sujeitos e a conquista da terra -----	49
3.2 – A abominação do lucro e o espírito da reciprocidade-----	51
3.3 – Estruturas recíprocas. A convivência humana e as articulações com o mercado-----	53
3.4 - Reciprocidades na família e as relações de interdependência entre os camponeses e a terra - -----	58
3.5- Experiências como valor social no projeto da campesinidade-----	63
A GUIA DE CONCLUSÃO-----	68
REFERÊNCIAS -----	69

RESUMO

Este trabalho propõe tratar da noção de campesinidade como experiência e projeto a partir do conceito de economia moral, no estudo de duas famílias do Assentamento 26 de Março Marabá-PA. A ideia central se fundamenta na interconexão das categorias terra, trabalho e família compreendida por uma moralidade. Neste entendimento o legítimo direito de posse da terra não está representado pelo capital, mas na articulação de noções de justiça, honra e uma visão da terra como meio de vida. A disputa e permanência na terra são marcadas pela defesa destes valores morais. Nestes pressupostos, a minha hipótese foi perceber se há evidências nas experiências de famílias camponesas de reconstrução da vida na sua dimensão de re-produção cultural, que possibilita caracterizá-la como uma campesinidade enquanto projeto e que se assenta numa moralidade econômica como ética camponesa, numa simultaneidade de negociação e resistência à lógica do mercado capitalista. A metodologia da pesquisa adotada foi o estudo de caso. As técnicas de pesquisa praticadas foram: observação, e realização de entrevistas oral semi-estruturadas.

Palavras-chave: Assentamento 26 de Março, economia moral, campesinidade.

INTRODUÇÃO

O meu objetivo neste trabalho consiste em abordar o conceito de campesinidade, entendida como uma qualidade do campesinato pelo viés da economia moral. Neste sentido procuro abordar a noção de economia moral explorada inicialmente por E.P Thompson e posteriormente situar a ampliação do conceito desenvolvido por Klaas Woortmann no contexto de duas famílias do Assentamento 26 de Março, Marabá-PA. A ideia central se fundamenta na interconexão das categorias terra, trabalho e família compreendida por uma moralidade. Neste entendimento, o legítimo direito de posse da terra não está representado pelo capital, mas na articulação de noções de justiça, honra e uma visão da terra como meio de vida. A disputa e permanência na terra são marcadas pela defesa desses valores morais. A minha hipótese pressupõe que há evidências, nas experiências das famílias camponesas, de reconstrução da vida na sua dimensão de re-produção cultural, que possibilita caracterizá-la como uma campesinidade enquanto projeto e que, se assenta numa moralidade econômica como ética camponesa, numa simultaneidade de negociação e resistência à lógica de mercado capitalista.

O espaço agrário amazônico é pontilhado pela concentração de terras oriunda da grilagem descarada, da expropriação de imensos territórios indígenas, de parcelas de terras camponesas, e da apropriação de terras devolutas de propriedade estatal. No sudeste paraense, por ocasião dos grandes projetos agropecuários e minerais, bem como com a criação de circuitos infra-estruturais, como a abertura de estradas, a criação de hidrelétrica e de uma extensa ferrovia que desemboca em um porto marítimo. Devido a esta grande efervescência que caracteriza o avanço do capital na região, a concorrência, a apropriação e a valorização empresarial ganham um contorno de destaque, por outro lado, promove também forte imigração, que contribui para o aparecimento de um grande número de trabalhadores expropriados. Essa desigualdade sócio espacial é contestada por diversos movimentos sociais, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A partir da década de 1970, devido aos constantes conflitos pela disputa e posse da terra, começa a se desenhar nesta região uma forma de campesinato singular. Nas últimas três décadas vários assentamentos da reforma agrária foram criados devido a constantes pressões deste movimento social. O Assentamento 26 de Março representa um, dentre tantos outros

espaços que foram adquiridos por meio de intensas batalhas: de um lado os movimentos sociais, do outro, o Estado a serviço dos interesses de grupos econômicos específicos. O meu trabalho foi desenvolvido nesta parcela do território e aborda as características deste campesinato que se desdobra e se re-inventa de várias formas para continuar re-existindo.

Vários estudos clássicos foram desenvolvidos sobre o campesinato. Polanyi (1957) tratada economia familiar como um grupo doméstico *economicizado* num contínuo de interação entre o homem, a natureza e o mercado. Chayanov (1974) se refere aos modos de produção da unidade familiar sem assalariamento. Esses estudos se concentram na temática do campesinato entendido como uma unidade familiar econômica que contrapõe ao modelo econômico do modo de produção da empresa capitalista. Nestas abordagens o que é levado em consideração é basicamente a questão econômica da unidade familiar e sua articulação com o mercado capitalista, ou seja, uma interpretação objetiva do camponês. O meu interesse no estudo do campesinato está voltado para a compreensão do mesmo no seu sentido subjetivo, sociológico e cultural.

De acordo com Velho (1983), na Amazônia não encontramos camponeses puros, mas camponeses que estão em constante articulação com a modernidade. Neste sentido, a campesinidade é representada por distintos graus, em constante movimento evolutivo de articulação. Em suas estratégias de sobrevivência os camponeses adotam variadas formas de se manterem como sujeitos que defendem princípios morais e éticos nas relações com a natureza e, sobretudo, com a família e os demais vizinhos. Em relação à produção econômica, Sabourin (2009) corrobora com o trabalho de Ploeg (2008) onde faz críticas ao modelo hegemônico que pressupõe que o campesinato está definitivamente subordinado à agricultura empresarial e que, ao mesmo tempo não tem importância, onde diz, na sua “crítica dos *peasants studies*”, é que não dá para separar uma agricultura camponesa de subsistência atrasada e uma agricultura empresarial capitalista que seria “desenvolvida” quando os dois sistemas evoluem mediante uma articulação dinâmica” (p.16).

O método utilizado (estudo de caso) nesta pesquisa envolveu duas famílias do Projeto de Assentamento 26 de Março. As técnicas de coletas de dados foram a observação e a aplicação de entrevistas orais semi-estruturadas. A pesquisa ocorreu em dois momentos distintos. Antes da realização das entrevistas orais passei algum tempo observando o perfil de cada família e estabelecendo laços de amizade com os camponeses com o objetivo de

propiciar momentos de interação. Em relação às ferramentas teóricas de análises e organização, apliquei-me ao estudo das categorias analíticas que seriam observadas (terra, família, trabalho, reciprocidades etc.), compreendidas por uma moralidade. Para melhor apropriação das categorias, consultei várias fontes bibliográficas, em especial, Minayo (1994). As entrevistas foram realizadas apenas com os chefes de família.

O primeiro capítulo deste trabalho propõe esboçar a noção de economia moral, termo elaborado inicialmente por E. P. Thompson (1998), onde o autor aborda a questão dos costumes em comuns da sociedade inglesa do final do séc. XVIII. Mas, de onde surge esta noção de economia moral? Desde tempos remotos, a economia, na forma que a modernidade hoje a consagrou, ocupava lugar secundário nas relações sociais. As relações econômicas estavam subordinadas ao crivo da ética e da moral e, desta forma, estabelecia relações de respeito e senso de justiça nos relacionamentos entre as pessoas. Em sua gênese, o termo economia moral se refere ao modo como a sociedade se comportava em relação às mudanças da economia causadas pelas incipientes formulações teóricas das chamadas leis do “livre mercado” e que ameaçava o tradicionalismo ancorado pelos costumes e tradições da época. O conflito se intensifica porque duas visões de mundo entram em choque.

No segundo capítulo apresento, de forma resumida, o contexto histórico do Assentamento 26 de Março, antiga fazenda Cabaceiras de propriedade da família Mutran. Em tempos pretéritos esta família abarcava grande parte das terras que compunha o polígono dos castanhais. Neste ínterim, faço menção da importância da cidade de Marabá que se destaca neste contexto, como sede política e econômica da região. Ainda neste capítulo, abordo alguns elementos que encerram os autos dos processos administrativos e burocráticos e o desfecho da tramitação que defere de fato a criação do Assentamento. Nestes tramites processuais apresento ainda por quais motivos principais, o projeto de Assentamento se tornou realidade em meio à morosidade do ente estatal responsável pelo processo de desapropriação.

No terceiro e último capítulo, com base na pesquisa de campo, apresento o conceito da campesinidade, compreendido por uma qualidade que está representada na forma de projetos, onde é levada em consideração as experiências dos sujeitos e de que forma esta qualidade está materializada nas práticas cotidianas nas duas famílias do Assentamento 26 de Março.

1 - ECONOMIA MORAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Entende-se por moral como sendo um conjunto de valores individuais e/ou coletivos considerado universalmente como norteador das relações sociais e das condutas das pessoas. Referencial, portanto, imaterial. Uma concepção genérica moral da natureza humana ensina que as pessoas são intimamente ligadas por preceitos culturais que orientam o comportamento. Neste sentido as pessoas estabelecem a moral, pois elas procuram adequar-se a princípios abstratos de comportamento que são profundamente impregnados na linguagem e no modo de pensar. Contudo, elas nem sempre seguem estes parâmetros.

Até que ponto a economia estabelece laços sociais pautados nestes princípios? Quando as pessoas estabelecem trocas do ponto de vista econômico quais interesses motivam esta aproximação? O que seria então estes conjuntos de valores morais? A troca realizada estaria pautada basicamente na ideia da satisfação material e física, ou a rigor, estaria fundada apenas no lucro? Neste sentido, presumimos que cultura cria e recria categorias e valores, conformando, assim, o comportamento humano. Destarte, neste pressuposto, todo o comportamento humano seria um produto cultural? Não há, então, nesta concepção, impulsos humanos universais ou uma racionalidade universal que estejam na base da economia moral (WILK, 1996). Nestes termos, presumimos que no sentido ontológico, o ser humano não possui uma tendência natural a ser um indivíduo moral, ou a desenvolver uma economia moral.

Qual seria a natureza da economia em seu sentido puro? Segundo o professor Amartya Sen (1992), da universidade de Harvard, pode-se argüir que a economia tem duas origens: a primeira relacionada à política, conseqüentemente subordinada à ética e, a segunda, poderíamos denominar engenharia (*engineering*).

De acordo com o pensamento aristotélico o uso da ética remonta ao tempo. No início da “*Ética a Nicômaco*”, Aristóteles vincula o tema da economia subordinada às finalidades humanas na medida em que estas incluíam as riquezas (ROSS, 1980 apud SEN, 1992). O estudo da economia, embora imediatamente relacionado com a busca da riqueza, vincula-se, num nível, mais profundo, com outros estudos, que envolvem a avaliação e a promoção de outros objetivos básicos. "A vida dedicada a ganhar dinheiro é vivida sob compulsão, e a

riqueza não é, evidentemente, o bem que buscamos, pois a riqueza é meramente útil para a consecução de outras coisas" (SEN, 1992, p.2). No sentido ético a economia desdobra-se em adquirir riquezas pelo viés da garantia da satisfação em viver bem, sendo assim, portanto, uma questão ética a busca do homem pela satisfação. A Ética apresenta-se diante de concepções como possibilidade de repensar posturas. Deveria servir de parâmetro para que o homem pudesse realizar os seus anseios referenciados pelo senso de justiça e felicidade.

A *outra* origem da economia, desta vez relacionada ao enfoque da engenharia caracteriza-se por preocupar-se principalmente com questões logísticas, e não com fins últimos, com o que favoreceria o "*bem do homem*" ou com a questão: "*como se deve viver?*" O objeto da reflexão é definir os meios mais adequados a alcançá-los. Estas questões de logística e engenharia estão relacionadas a enfoques e arranjos de natureza física, de maneira a racionalizar as conexões estabelecidas, de modo a potencializar intercâmbios no intuito de promover resultados satisfatórios em relação ao espaço/tempo. Neste sentido, o objetivo da engenharia seria o de viabilizar as conexões das relações comerciais oriundas do mercado potencializando-o. Sen se refere a um tratado desenvolvido por Kantilya, autor indiano que escreveu no século IV a.C. O mesmo era conselheiro e ministro do imperador indiano. Ele discorre sobre o tratado, iniciando no primeiro capítulo, pela distinção entre as "quatro áreas do conhecimento", incluindo a metafísica, o conhecimento do certo e do errado, a "ciência do governo" e a "ciência da riqueza".

Discutindo uma grande variedade de problemas práticos, como "a construção de aldeias", "a classificação das terras", "a cobrança de impostos", "registro contábil", "as normas de tributação", "as manobras diplomáticas", a "estratégia para Estados vulneráveis", "o pacto de colonização", "a influência sobre partidos de um Estado inimigo", "o emprego de espões", "o controle de apropriações indébitas por parte de funcionários" e etc., discutindo tudo isso, o tratado volta-se claramente para problemas de "engenharia" (SIL, 1985 Apud SEN, 1992, p.3).

Para encerrar esta reflexão, pelo menos por enquanto, é bom notar que com o advento do iluminismo estas concepções ganham outro formato, ou seja, o sentido inicial do tema economia começa a transgredir com a sua gênese. Na modernidade, existe ainda alguma relação entre economia e ética? Existe alguma reminiscência da antiguidade embasando economia moral e ética? Quando aparece na historia a noção de economia moral?

1.1 - Origens da economia moral

Qual seria a gênese da economia moral? Lechat (2009) se refere aos estudos de Russel Belk ao mostrar como diversas religiões advertem a respeito do poder corruptor da riqueza, condenam a avareza e elogiam a prodigalidade e o altruísmo e adverte sobre a preocupação com os pobres. Sempre foi preocupação da sociedade estabelecer certo controle sobre a economia que, por sua vez, deriva da ética em seu sentido histórico. Que de certa forma, às vezes, fica complicado separar economia de moralidade. Como se deu a preocupação de elaborar um conceito ou noção de economia moral? Para filósofos e teólogos da Idade Média, período em que a igreja exercia grande influencia na sociedade e conseqüentemente no Estado, não haviam dúvidas sobre a subordinação da economia à moralidade cristã. Neste período os temas relacionados à religião obtinham predominância em relação aos outros temas, sobretudo os filosóficos.

A igreja, por sua vez, preconizava que valores morais deveriam pautar as relações econômicas da sociedade. Tal visão foi totalmente desbancada por Adam Smith e pelos utilitaristas que consideravam as conseqüências das ações humana, prioridade sobre amoral, desde que estas visassem o bem. Desta forma, as qualidades morais do agente não interferem no cálculo da moralidade de uma ação. A “*lei da selva*”, em economia, promove uma sociedade superior. Neste sentido, a ciência econômica utilitarista reduz o indivíduo a um objeto racional auto suficiente (quando na verdade os indivíduos são interdependentes com os demais) e se esquecem das ligações sentimentais dos indivíduos entre si (LECHAT, 2009).

Com o advento do Iluminismo, concepções gregas a respeito da razão e da racionalidade foram ressuscitadas e colocadas em oposição à teologia moral proposta pela Igreja. A razão tornou-se o grande tema do Iluminismo, ou melhor, a deusa desta corrente. Neste intercambio a racionalidade absoluta divorciou-se das prerrogativas religiosas. Entretanto, alguns filósofos tentaram limitar esta separação. Immanuel Kant (1958), escreveu *A crítica da razão pura*, onde argumenta que os homens nascem com uma aparelhagem mental e conceitual (uma consciência transcendental) limitadora e forjadora da racionalidade. Para alguns dos filósofos alemães deste período, o comportamento econômico específico de cada povo é claramente um produto forjado pela história e pela cultura e não por capacidades físicas ou mentais, contrapondo a visão de outra corrente filosófica romântica, que invocava determinismos étnicos e biológicos independentes de fatores culturais e sociais. O Romantismo alemão aparece dentro de um contexto de resistência ao movimento Iluminista

francês. A crítica é levantada diretamente ao modo excessivamente racionalista e materialista de conceber o homem e o mundo. Max Weber (1986), por sua vez, traduziu o romantismo e produziu um conhecimento fundamentado e sistemático de ideias a respeito das relações entre a cultura e o comportamento econômico (LECHAT, 2009).

Weber não preconiza uma visão da moral simples ou utilitarista da natureza humana, tampouco acreditava existir um impulso natural universal atrás de toda ação. Ele identifica certo número de motivos humanos diferentes que são determinados pelo contexto: as pessoas agem orientadas por valores, ou por interesses ou pela tradição. Acreditava que os ideais e os valores produzidos pelas circunstâncias históricas fazem as pessoas agirem de uma determinada maneira.

Em estudos realizados em diversas sociedades, Weber observou como cada uma delas enxergava o mundo. Neste sentido, Weber chegou à conclusão de que o espírito específico de uma cultura forja seu destino econômico. Por exemplo, o espírito do sistema de castas impede a Índia de desenvolver uma economia capitalista moderna. O autor estudou outras culturas para criticar o mundo moderno. Assim, o que torna o capitalismo industrial único no mundo é a extensão com a qual a racionalização, invadiu e capturou todas as relações humanas. É sob a proteção de um Estado racional, pautada em um direito racional e uma burocracia profissional, que irá se assentar o desenvolvimento do capitalismo moderno. Weber acreditava que o Estado moderno burocrático está fundado sobre princípios utilitaristas, em laços legais e impessoais entre as pessoas, todos embasados num cálculo racional e num materialismo secular. Habermas (1988) observa em Weber três tipos de racionalizações: *a da sociedade a cultural e por fim a da personalidade*. A empresa capitalista é nucleada e moldada pelos seguintes elementos: a contabilidade racional, a introdução de uma eficiente e formal mão-de-obra livre, pela admissão de um conhecimento técnico-científico, e finalmente por decisões orientadas para o mercado (HABERMAS apud MALISKA, 2006).

Desta feita, o núcleo atual do Estado moderno se caracteriza, entre outros aspectos, por meio da inserção de uma central e contínuo sistema tributário, uma central de comando militar, pelo monopólio do uso da violência e coerção e, por uma administração burocrática. O meio organizativo da economia capitalista e do Estado moderno e também da relação estabelecida entre ambos é orquestrado pelo princípio normativo e o direito formal. Segundo

Habermas (1988), são estes três elementos que constituem a racionalização da sociedade. A racionalização cultural para Weber, caracterizada pela previsibilidade, pelo cálculo e pelo controle organizativo e instrumental dos processos empíricos é encontrada na moderna ciência e técnica, na arte e na religião automatizada. A racionalização da personalidade caracteriza a conduta racional de vida que estabelece elos entre as racionalizações social e cultural norteadas por princípios éticos (HABERMAS, 1988 apud MALISKA, 2006). A racionalização da personalidade significa, basicamente, "que não basta a constatação de fatores materiais, faz-se necessária uma internalização de valores e de idéias" (ARGÜELLO, 1997, p.71).

Segundo a lógica de Weber, o comportamento econômico está profundamente embebido de cultura e crenças. Para ele, em cada sociedade os atos econômicos são o produto de considerações pessoais, éticas e sociais e, somente com o capitalismo, emerge uma noção de racionalidade econômica abstrata e independente.

No seu livro, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber (1967), mostra como, ao contrário do espírito do capitalismo, os camponeses tradicionais eram tão limitados pelas noções conservadoras do certo e errado que eles não podiam responder à motivação do lucro. A chave da mudança estava na Reforma protestante de Lutero e Calvino que mudaram radicalmente as ideias populares a respeito de Deus, da fé e do trabalho. Weber adverte que a revolução capitalista não foi simplesmente um produto de novas ideias religiosas e econômicas, o que contribuiu para a materialização de um novo *ethos* nas relações econômicas foi, na verdade, uma mentalidade singular estimulada pelo espírito do capitalismo. O que seria este espírito, e de que modos dominariam a vida do homem moderno? Weber afirma que em outros lugares haviam traços do incipiente capitalismo, mas não do capitalismo moderno da Europa Ocidental e da América do Norte. "O capitalismo existiu na China, na Índia, na Babilônia no mundo clássico e na Idade Média. Mas em todos esses casos, o *ethos* particular faltou" (WEBER, 1986, p.20). Weber argumenta firmemente que, o comportamento econômico, tomado no seu conjunto, está inteiramente sujeito aos códigos morais e aos valores. Ele insiste ainda em afirmar que a razão da consolidação do capitalismo moderno do ocidente se deve a emergência deste espírito e não meramente pela injeção de montante de capital nas indústrias:

E o que é mais importante nessa relação, o que trouxe essa revolução, em tais casos, não foi geralmente o fluxo de dinheiro novo investido na indústria— em muitos casos

que conheço, todo o processo revolucionário foi acionado por poucos milhares de capital emprestado de conhecidos– mas foi o novo espírito, o espírito do moderno capitalismo que fez o trabalho (WEBER, 1986 p. 28).

Weber entendeu que o alargamento das fronteiras do capitalismo se deu pela influencia do estilo de vida do puritanismo tendo como pressuposto central o postulado da vocação oriunda da corrente protestante calvinista, e não pelo acúmulo premente de capital. Este contexto condicionou o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa. Neste intercambio os princípios religiosos dão lugar a uma expressiva secularidade pautada pelo utilitarismo e pela racionalidade burguesa.

Nas palavras de weber, “na verdade o que é aqui pregado não é uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como uma tolice, mas como o reconhecimento do dever. Esta é a essência do problema. O que é aqui preconizado não é bom senso comercial, mas sim um *ethos*”. Em seu entendimento dessa filosofia, ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna, enquanto isso for legalmente, é o resultado e a expressão de virtude e de eficiência em uma vocação (WEBER, 1986, apud FERREIRA, 2000, p.2).

Neste íterim da discussão, é bom ter em mente que as ideias originais dos precursores da reforma protestante referentes à religião e à teologia tanto em Lutero quanto em Calvino, assim quanto aos demais arautos da nova era cristã que estabeleceram a ruptura com a igreja ortodoxa, eram concentradas num ponto único e central: a salvação da alma. No decorrer do tempo esta concepção foi gradativamente modificada e ao mesmo tempo recebeu novos elementos e ideias oriundas do iluminismo. Max Weber aponta que a tendência religiosa protestante aos poucos vai se transformando mediante as influências culturais e sociais da nova configuração social estabelecida pela modernidade, desta forma uma ética protestante se configura pautada agora por um espírito racional e capitalista. Segundo Weber, o comportamento do homem moderno religioso influenciado pela busca ávida de acumular dinheiro encontra no âmbito religioso a sua legitimação.

De que forma esta racionalização moderna impregnada de valores pautados no lucro e na acumulação monetária afeta o campesinato? Estaria o campesinato tradicional correspondendo a estes incentivos da economia de mercado? Alguns defensores da moderna economia capitalista julgam que o campesinato não se adéqua a esta mudança porque é considerado incapaz de responder aos incentivos do mercado, o que ocasionaria essa incapacidade do camponês.

James Scott expõe que tais assertivas são consideradas falsas, que o conservadorismo dos camponeses é um mito condescendente; os camponeses resistem à mudança porque percebem de maneira racional uma real tentativa de explorá-los ou de tirar sua autonomia (LECHAT, 2009, p.4).

De que forma o tema economia moral, *a priori*, deve articular com outros temas como moral, sujeito, política, cultura ou mercado? Este conceito se refere somente a valores e costumes tradicionais contrapondo o paradigma da modernidade e do livre mercado ou servirá de base para outros estudos?

1.2 - O conceito de economia moral E. P. Thompson

No capítulo quatro de seu livro *Costumes em comum*, E. P. Thompson publica um texto escrito em 1971, intitulado: “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. Esse texto levanta uma crítica a alguns historiadores que interpretaram as revoltas populares, provocadas pelo aumento dos preços dos cereais, por má conduta dos comerciantes ou pela escassez e a fome, como "motins da turba". Thompson critica uma "visão espasmódica da história popular" pelo viés da história econômica afirmando que estes historiadores não procuraram entender por que os comportamentos das pessoas "são modificados pelo costume, pela cultura e pela razão" como a sociedade reage diante das mudanças provocadas pela economia (THOMPSON, 1998, p. 151).

Em resumo, é contra uma interpretação reducionista econômica rudimentar que Thompson formula a sua crítica. O autor entendia que nas revoltas populares da Inglaterra do século XVIII havia uma noção legitimadora. Era em nome de princípios morais pautados pelos costumes e direitos tradicionais que o povo se unia, este consenso não se restringia apenas à classe trabalhadora, mas era comungado por outras classes diferentes como a nobreza latifundiária, que não mantinha boas relações com comerciantes e negociantes. Quando ocorriam estas manifestações de certa forma, nem sempre pacíficas, em algumas delas, as autoridades, como os magistrados sancionavam tal procedimento. O que fazia as multidões reagir violentamente à crise que, às vezes ocasionava a fome, não era simplesmente combater estes momentos de instabilidade econômica, mas ao desrespeito relacionado aos imperativos morais que estavam se implantando na época.

No primeiro texto, o autor afirma, no entanto, que essa economia moral não pode ser denominada como política nem tampouco como apolítica, pois "supunha noções definidas, e apaixonadamente bem defendidas, do bem-estar comum" (THOMPSON, 1998, p.152). Além

do mais, essa economia moral não era manifestada apenas nos momentos de crise, mas estava imbricada na mentalidade da época e "refletia de forma geral sobre o governo". Thompson esclarece, então neste capítulo, o conceito de economia moral ao estudo dos conflitos entre o tradicionalismo e a nova economia política econômica que orbitava em torno das Leis dos Cereais.

O tradicionalismo é esboçado pelo autor como sendo um modelo paternalista registrado implicitamente na lei estatutária, no direito consuetudinário e basicamente no costume. Por tradição, as vendas de cereais deviam ser comercializadas diretamente do agricultor para o consumidor sem interferências dos atravessadores, com preços e medidas devidamente controlados, antes que os comerciantes pudessem efetuar suas compras. No fim do século dezoito, novas tendências e técnicas entraram em vigor referenciada pela suposta liberdade, mas essa liberdade dos fazendeiros, comerciantes, moleiros e padeiros, de certa forma, era recheada de críticas como uma liberdade "natural" de seletos grupo de "selvagens" em oposição à liberdade do cidadão comum. Thompson mostra como sorrateiramente estas novas práticas liberais iam se consolidando, no entanto, em situação de extrema penúria natural ou estimulada pelo incipiente mercado, as reivindicações do modelo tradicional e paternalista voltavam a ser invocadas.

Essa nova economia política chamada *laissez-faire, laissez-passer*, é considerada obra prima de Adam Smith e, de fato, seu livro *A riqueza das nações* é o marco inicial de polêmicas, assim como a convergência de muitas deliberações, no entanto, a anulação da legislação paternalista contrapondo as vendas antecipadas ocorreu quatro anos antes da sua publicação. Thompson sintetiza que as comoções causadas na sociedade inglesa não se tratavam de um novo modelo econômico, mas de um anti-modelo que negava as políticas referentes às Leis dos Cereais. Essa economia pretendia ser ainda moral, mas "limpa de imperativos morais importunos" (THOMPSON, 1998, p. 161).

Thompson critica a obra de Smith sobre a organização política moral do mercado livre, e atesta que neste texto "a moralidade aparece de fato a não ser apenas preâmbulo e epílogo" (THOMPSON, 1998, p.161). Ou seja, Adam Smith não elucidou de forma consistente o tema em questão segundo o novo modelo. A lei da oferta e da procura no mercado era regulada sem a intervenção do Estado, onde o autor denominava de "mão invisível", o

mercado se auto-regulava. Em caso de penúria, a alta dos preços era considerada um meio eficaz de racionamento, pois a distribuição dos produtos ocorria simultaneamente em todos os lugares. Segundo esta teoria, a auto-regulação do mercado entraria somente em colapso se o Estado ou "o preconceito popular" interviessem. Mas, como faz observar Thompson é enfático em afirmar que este modelo de Adam Smith não é comprovado na prática, pois a procura de grãos e de pão não é elástica tendo como prerrogativa o ato de esperar esta regulação; as pessoas tem necessidade de comer todos os dias. A diferença entre os dois modelos é que o primeiro "conclama a um imperativo moral – estipulando como devem ser as obrigações recíprocas dos homens, enquanto o segundo preconiza: as coisas funcionam, ou funcionariam dessa forma se o Estado não interferir" (THOMPSON, 1998, p. 162).

A economia dos pobres era local e regional, embasada em uma economia de subsistência; eles consideravam como obrigatoriedade que os grãos deviam ser consumidos na região em que eram produzidos e não levavam em consideração situações onde poderia ocorrer casos de fome em outros lugares maiores, dentro e fora do país. A economia moral dos trabalhadores diferenciava-se daquela dos paternalistas, a ética popular aprovava a ação coletiva direta, ao passo que as classes dominantes condenavam tais ações. O equilíbrio particular que se estabelecia entre as autoridades paternalistas e a multidão romperam-se durante as guerras, porque a ideologia do novo modelo econômico ganhava força legitimando a repressão das rebeliões e enfrentamentos públicos. A economia moral, fundamentada em regras de direito bem definidas obtinha a aprovação da Igreja e não se extinguiu do dia para a noite.

A morte da antiga economia moral das provisões foi tão prolongada quanto da intervenção paternalista na indústria e no comércio. O consumidor defendia suas antigas noções de direito tão teimosamente quanto o seu estatuto profissional como artesão em outro papel)" (THOMPSON, 1998, p. 198).

Como podemos perceber nas práticas do campesinato em estudo, especificamente da região amazônica, ainda hoje a economia moral resiste à economia do livre mercado. Os camponeses adotam costumes baseados em princípios que norteiam as relações sociais que não estão pautados exclusivamente pela economia baseada apenas no lucro. No último capítulo deste trabalho estarei esboçando mais claramente estas práticas.

1.3- Economia moral revisitada - rebatendo as críticas e reforçando o uso adequado do termo

No capítulo cinco, intitulado *Economia moral revisitada*, Thompson retoma o tema da economia moral para examinar e refutar as críticas que foram levantadas em seu trabalho de 1971 e comentar trabalhos que abordaram os mesmos problemas. Logo no começo da abordagem ele chama atenção: "A 'economia moral' não nos conduz a um único argumento, mas a uma confluência de raciocínios, e não será possível fazer justiça a todas as vozes" (THOMPSON, 1998, p. 203). Ele esclarece sinteticamente que seu objeto de análise era a *mentalité*, a cultura política, as expectativas, as tradições e, até, as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações do mercado; e as relações entre a multidão e os governantes" (THOMPSON, 1998 p. 204). A estratégia usada por Thompson foi de reconstruir o modelo paternalista do mercado de alimentos e contrastá-lo com a nova política econômica do livre mercado de grãos que aos poucos ia se consolidando e, assim, mostrar como a ação direta das multidões interferia no mercado e desta forma estabelecia certo controle, regulando os preços com referencia nas antigas leis, bem como nos costumes. Para compreender o espaço político onde a multidão se relacionava e negociava com as autoridades, é preciso, no entanto, realizar uma análise mais ampla de suas relações mútuas.

Thompson adverte que as conclusões de seu estudo não podem ser transpostas para qualquer mercado camponês ou *proto-industrial*, nem para outro país. Ele mostra de maneira contundente que a fome não pode ser entendida em si mesma como causa única das revoltas e dos "motins" e que, conseqüentemente, ela não explica um determinado comportamento sem levar em consideração outros fatores. São a cultura, o costume e a razão que determinam sobre as modificações de comportamento. Thompson chama a atenção para o seguinte aspecto: somente a cultura de um povo desenvolve o sentimento de afirmação de valores que os pode unir em mobilizações contra ameaças que venham desestabilizar seus costume e tradições. Neste aspecto, ele aponta que somente o uso da razão não pode mobilizar as pessoas em prol de um único objetivo. Razão e cultura juntas podem moldar comportamentos. Para comprovar sua afirmação, ele cita exemplos que, em vários lugares, as populações reagem de diferentes maneiras à ameaças da fome, e que, dependendo das culturas, o poder de organização das pessoas pode causar reações diversas. No caso das revoltas das multidões, os "motins" aconteciam como sendo uma resposta inteligente e racional, sendo organizados

primeiramente por trabalhadores com certo poder de articulação que desaguava em acordos e negociações em nome da classe trabalhadora.

Thompson rebate as críticas levantadas ao seu texto original, afirmando que estas foram feitas por autores que defendiam a nova economia de mercado, e que tais críticas se fundamentavam ideologicamente. “A economia moral tornou-se suspeita porque investigava com simpatia, imperativos econômicos alternativos aos do 'sistema' capitalista de mercado e oferecia um ou dois comentários céticos sobre a infalibilidade de Adam Smith” (THOMPSON, 1998, p. 209).

Adam Smith formula sua economia política afirmando que esta se embasava em pressupostos morais. Por outro lado, Thompson analisa em que medida a economia política de Adam Smith pode ou não ser considerada moral. Ele estava convencido de que sua nova economia iria favorecer o bem público e permitiria condições favoráveis para a estabilidade dos mercados e que os pobres seriam beneficiados em primeira instância. Na verdade o que acontecia era o contrário, a classe que seria favorecida nesse novo modelo era somente os ricos comerciantes. O termo moralidade aparece como desculpas para mascarar esta teoria econômica, disfarçando-a. Aos poucos foi ocorrendo a separação entre economia e moral:

Durante o período mercantilista, foi amadurecendo a noção de economia como mecanismo objetivo independente de imperativos morais, encontrando mais receptividade em certas áreas do que em outras. É na distribuição interna de bens de primeira necessidade que voltava a ser afirmada, principalmente em tempo de escassez, a obrigação para o Estado de proteger os pobres e indiretamente de evitar revoltas que deslegitimariam o seu poder (LECHAT, 2009, p.13)

O termo economia moral causou tanta reação porque afetava diretamente a nova teoria de Smith, e que apelava diretamente para antigas normas e costumes tradicionais que regulava as leis do mercado e favorecia os trabalhadores. Thompson adverte que esta economia moral poderia ser chamada de sociológica levando em consideração a etimologia do termo (*oeconomia*) a organização adequada de uma casa, de um patrimônio. Na verdade o que Thompson quer deixar bem claro é a diferença entre os dois modelos econômicos e que ambos se opõem assimetricamente. Quando o autor se refere ao novo mercado defendido por Smith, ele afirma que independentemente do modo como as pessoas defendem o mercado, a realidade é bem diferente. Os fatos comprovam esta realidade. Ele ainda estabelece uma comparação atribuindo ao mercado o sentido de uma metáfora. “Se o mercado é provedor de

alimentos de subsistência, como o mesmo mercado solucionava as questões alimentares em tempos de crise?" (THOMPSON, 1998, p. 213).

Thompson demonstra como a teoria de Adam Smith está equivocada quando se refere à teoria dos preços em tempo de crise. Pelo aumento dos preços em situação de racionamento, os recursos não são distribuídos de maneira uniforme. Somente quem possui meios para adquirir os alimentos são os beneficiados pelo racionamento. Por outro lado, os despossuídos não conseguem acessar. O que estava em jogo era a distinção entre duas classes que se opunham. O conflito era travado pelo acesso desigual aos alimentos de primeira necessidade. Para Thompson o termo denominado economia moral se refere às ações da classe trabalhadora e não às medidas tomadas pela nobreza (*gentry*) ou pelo Estado. O assistencialismo prestado pelas autoridades e os gestos paternalistas são observados por ele como medidas de preservar o domínio da classe dominante e manter um exercício permanente da hegemonia comum a imagem positiva, e não meramente gestos humanitários.

Os "motins" estimulavam a urgente ação por parte das autoridades no sentido de acalmar as multidões através de medidas protecionistas afastando periodicamente as comoções sociais causadas pela fome. Foi através dos motins, que segundo Thompson a fome foi banida da Inglaterra, pelo menos por certo período, enquanto permaneceu na Irlanda e ainda hoje, permanece na Índia. O verdadeiro objetivo dos motins segundo o autor, não consistia nas formas de represália à fome, ou a sua eliminação, mas simplesmente contra as leis do livre mercado que estavam se expandindo sem limites. Thompson sintetiza dizendo que o termo mercado teorizado por Smith, na verdade é um disfarce utilizado para esconder interesses particulares da classe dominante e, em nome dos interesses da nação se fazer parecer. Thompson adverte quanto ao uso do termo no sentido de empregá-lo devidamente. Muitas são as áreas em que a economia moral está sendo estudada. Contudo, não se deve esquecer que em cada caso de estudo é necessário que se esclareça sua definição adequada.

Thompson critica Snell e aponta que ele cometeu um equívoco ao empregar o termo fazendo alusão apenas aos valores morais, sem considerar a verdadeira natureza do conceito:

Mas se os valores, por si só, constituem uma economia moral, vamos encontrar economias morais por toda parte. Minha própria noção de economia moral da multidão no mercado de alimentos inclui modelos ideais ou uma ideologia (exatamente como faz a economia política), que atribuem papéis econômicos e que endossam práticas costumeiras (uma "economia" alternativa), num equilíbrio particular de forças sociais ou de classes. É por tirar os "valores" ou as "atitudes

morais" do contexto de uma formação histórica particular que Snell obtém os resultados amorfos (THOMPSON, 1998, p. 258).

Vários autores são analisados por Thompson, no entanto, ele chama atenção para os casos em que certos autores usam o termo para denotar as relações econômicas que são reguladas por normas tradicionais camponesas não monetárias como forma de resistência à economia do "livre mercado", neste sentido o autor concorda com o emprego do termo, sem desconsiderar indícios de ampliação do conceito (THOMPSON, 1998, p. 258).

Ele concorda com os estudos de economia moral realizados por James Scott. Onde o autor estuda sociedades camponesas tradicionais. Nestes estudos o termo é ampliado e recebe novos elementos como, por exemplo, direitos e obrigações, justiça social e reciprocidade. Nestas sociedades reitera Scott, os camponeses travaram embates revolucionários contra as imposições racionais e monetárias da sociedade capitalista. A organização destas comunidades tradicionais amparadas por regras morais e costumes em comum, constituem mecanismos de resistências frente ao poder dominante. A economia moral neste sentido é compreendida como instrumento de defesa contra as forças opressoras do "livre mercado".

Thompson relata uma série de estudos sobre as populações asiáticas, africanas ou latino-americana se como estas sociedades empregam o termo economia moral num sentido muito distante daquele que ele designou em 1971. Aqui, a economia moral refere-se "à dialética social da mutualidade desigual (necessidade e obrigação) que jaz no centro da maioria das sociedades" (THOMPSON, 1998, p. 261). Pelo olhar marxista, podemos entender que a economia moral pode ser representada pelo modo como as relações de classe são negociadas. Thompson termina o seu texto fazendo um apelo aos cientistas sociais: como definir a "moral" pelo viés da articulação dos valores éticos, ou quem sabe pela ótica das bases cognitivas racionais.

1.4 - Campesinidade, a lógica subjetiva do camponês

De acordo com o conceito de economia moral ampliado por Klaas Woortmann (1990), a ideia central do seu trabalho repousa na interconexão das categorias terra, trabalho e família entendida como uma moralidade. Neste pressuposto o legítimo direito de posse da terra não está representado pelo capital, mas na articulação de noções de justiça, honra e uma visão da

terra como meio de vida. Desta forma, a disputa da terra é marcada pela defesa de valores morais. Uma objetividade no caso a “terra”, pautada pela subjetividade, ou seja, por valores morais. É desta forma que a economia camponesa é considerada nos estudos culturais de Klaas Woortmann.

Em sua obra “Com parente não se neguceia”, o autor desenvolve de maneira interessante, uma alternativa às tradicionais abordagens que concebe o campesinato não como uma simples força de trabalho, desenvolvendo uma análise do que ele chama de ética camponesa, constitutiva, “de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra” (WOORTMANN, 1990, p. 11). Nesta perspectiva, a ênfase de estudo não está no campesinato ou na economia camponesa e sim, na “qualidade” deste campesinato, ou seja, a campesinidade. Neste sentido, a terra aparece, por exemplo, não como mercadoria entendida pela lógica do capital, mas como um patrimônio da família, uma dádiva de Deus. Neste plano, as categorias família e trabalho são considerados pelos camponeses não como fatores de produção, mas como valores éticos e, portanto, transcendentais.

As categorias terra, família e trabalho são consideradas como valores, estabelecem uma interconexão e desta forma é atribuído o seu verdadeiro sentido. Woortmann verifica que a concepção de trabalho tem para os sítiantes do Sergipe um elemento central na definição do direito de domínio sobre a terra: antes de tudo, a terra é considerada como um patrimônio que deve ser transmitido de geração a geração pautado pelos padrões e normas camponesas de concessão da herança. Nesse processo, o trabalho é considerado como fator necessário para o recebimento da dádiva de Deus. Portanto, a terra considerada uma “dádiva de Deus” é o lugar por excelência onde o trabalho deve ser executado. A categoria trabalho não é considerada dentro da ótica capitalista desenvolvida por Marx, onde o trabalhador não se reconhece nos processos produtivos em que executa. Pelo contrário, é justamente pela realização do trabalho, não no plano abstrato, mas no sentido concreto em que o trabalhador constitui a sua personalidade.

É nesse sentido que o *sítio* (o lote) é o resultado do trabalho e o lugar do trabalho. Nestas condições o trabalho é considerado honrado e digno. Nestes termos Woortmann faz menção da noção de trabalho de camponeses na França estudado por G. Delbos; “trabalho

esse tanto mais honrado quanto mais árduo, pois como lembra a autora, o camponês não trabalha, ele labuta” (WOORTMANN, 1990, p. 21).

Na construção do trabalho o autor desenvolve uma análise interessante em relação à família camponesa considerada não de acordo com a análise de Chayanov (1974) economista russo, onde a família é considerada como um “*pool*” da força de trabalho variável ao longo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, mas como um valor, o valor-família permanente no tempo. Nesta questão, a análise do autor recai sobre a produção cultural da família enquanto valor e não necessariamente a produção de bens materiais produzidos por esta. A ética camponesa, portanto é caracterizada pelo viés da campesinidade considerando os valores morais, e não somente os bens materiais produzidos. O autor esclarece que o foco da investigação não corresponde ao camponês em seu tipo histórico. “Prefiro então falar não de camponeses, mas de *campesinidade*, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” (WOORTMANN, 1990, p.11-12).

Levando em consideração o caso dos camponeses da Amazônia o autor se refere ao trabalho de Velho (2009) onde afirma que a frente de expansão revela que são desenvolvidos conscientemente valores tradicionais. “Mas a frente de expansão não é uma situação tradicional, e sim, uma situação de reconstrução da tradição, onde a campesinidade é um projeto” (WOORTMANN, 1990, p.14). De que forma o projeto da campesinidade se configura nesta região? Como então articular as diferentes racionalidades (ética camponesa) contrapondo com as ideologias da lógica do capital? Como então se organiza o campesinato nesta confluência ambígua de disputa pelo território?

A ambigüidade histórica a que me referi é também ressaltada por Velho (1983) com relação a camponeses da Amazônia, onde, como diz o autor, a realidade convive com a indubitável presença de concepções aparentemente antitéticas, num campo de força caracterizado pela ambigüidade. Na Amazônia, convivem concepções sobre a terra que chamo de morais (terra enquanto valor-de-uso) com concepções utilitaristas mercantis. Não encontramos, então, camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade (WOORTMANN, 1990, p.14)

Woortmann discorre ainda, a título de comparação, sobre os diferentes comportamentos de camponeses em sentido opostos e em regiões diferentes, como por exemplo, os invasores do Paraná descendentes de colonos imigrantes (alemães, italianos e poloneses), que percebem a terra como o lugar da reprodução de seus valores culturais e

sociais, nesta percepção a terra é considerada pelo seu valor-família, a cima de tudo um bem hereditário vinculado pela herança. Em contrapartida, no caso da região Centro-Oeste que está passando por rápidos processos de modernização capitalista a mentalidade dos posseiros adquiriu outro sentido: A terra é tratada pelo princípio da ordem racional capitalista e pelo espírito do cálculo. Desta forma a expropriação destes é capitalizada pela ideologia dominante. No caso dos colonos invasores do Paraná, que fazem o processo de invasão/ocupação de terras no intuito de instalar um ordem moral, estas ações são consideradas subversivas porque se opõem à lógica da propriedade mercantil. Neste caso, “subverte-se a ordem econômica para instalar a ordem moral” (WOORTMANN, 1990, p.15).

Neste intercâmbio ambíguo procurarei compreender como se organiza uma parcela do campesinato no Assentamento 26 de Março tendo como foco a lógica simbólica da moralidade econômica como ética camponesa. Mas qual seria a cultura predominante nesta região de fronteira, que segundo Martins (2009), este lugar é considerado o lugar do encontro e desencontro de diversas temporalidades e tempo sociais que coexistem assimetricamente e se relacionam num continuo descompasso. A cultura do capitalismo moderno que vigora no Ocidente, bem como em boa parte da América latina, organizada pela formação social dos modos produção e pela categoria “trabalho”, forjou uma mentalidade racional e individual tendo como símbolo de prestígio a aquisição de dinheiro e de capital.

Por outro lado, também coexistem uma corrente que está na contramão hegemônica, que prega os estandartes das ideias do Iluminismo da revolução francesa, liberdade, igualdade e fraternidade. Estas ideias se chocam com as definições de liberdade de exploração e de dominação alienante do outro, caracterizado pela sociedade capitalista. Neste embate histórico, as ideias socialistas democráticas afloram e começam a se materializar de maneira tímida por pequena parcela da esquerda. De certa forma, quando se fala em economia moral, se reporta à mentalidade de que as relações econômicas não são pautadas exclusivamente pela busca excessiva do lucro, nem tampouco pela exploração do outro, mas por padrões éticos vinculados a princípios morais. Entendo que somente no universo camponês tais comportamentos sociais ainda são manifestados e reproduzidos de varias formas por meio da cultura.

O projeto da campesinidade como experiência, parte do princípio de que nem todos os pequenos produtores são camponeses, porque nem todos partilham da ética camponesa. Como já foi observado que na Amazônia não existe camponês puro, neste sentido estarei delineando de que forma as práticas das relações das famílias observadas estão tramitando nas diferentes ordens ambíguas no decorrer deste trabalho.

Especificamente no último capítulo deste trabalho aprofundarei a questão do termo campesinidade compreendida como uma qualidade presente no universo camponês representada pelas práticas cotidianas nas relações de reciprocidades com a terra, família e vizinhança, bem como com o mercado no âmbito das duas famílias do Assentamento 26 de Março.

2 - HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO

Corria o ano de 1999, notadamente no dia 26 de março, pleno inverno amazônico, dia esse que viria a constituir-se um divisor de águas na história do Sudeste paraense. Discretamente, uma massa de trabalhadores rurais sem-terra se mobiliza e embarca em caminhões providenciados pelo MST. O destino do comboio segue pelo interior da rodovia PA 150 em sentido à Parauapebas sudeste paraense, a partir daquele dia as experiências daquelas famílias de trabalhadores comungariam de fatos inusitados. Mas esta data não foi escolhida aleatoriamente. O MST elegeu este dia em memória ao assassinato de dois militantes da luta pela reforma agrária que tombaram no município de Parauapebas, exatamente há um ano antes. (Onalício Araújo Barros, o “Fusquinha” e Valentim Serra, “Doutor”)¹ (ALMEIDA, 2006). Aquele grupo de trabalhadores representava nada menos que 900 famílias que se lançaram ao desafio de conquistar um pedaço de chão para viver e trabalhar. É interessante ressaltar que não aconteceu de uma hora para outra a reunião de tanta gente. Três meses antes ocorreu um trabalho de base envolvendo 50 militantes do MST e outras pessoas assentadas que se prontificaram em ajudar. O objetivo anunciado era promover em Marabá uma grande manifestação pública por emprego. Estratégia que visava desviar a atenção dos aparatos repressivos do Estado (GOMES, 2009).

O que estava em cheque era justamente a temeridade do ato, levando-se em consideração a reputação da família supostamente proprietária do imóvel – Fazenda Cabaceiras. Ao certo, se tratava de mais uma ocupação de latifúndio na região. Desta vez, referia-se a uma das tantas fazendas da família Mutran, oligarquia com poder econômico e político na região (HÉBETTE, 2004 volume I). Se porventura, o MST tivesse divulgado o nome da fazenda e o seu referido dono, muitas pessoas teriam desistido da luta, por se tratar de uma afronta, ter que encarar os Mutran, que possuíam um histórico conturbado e violento na região.

1. Onalício Araújo Barros, "Fusquinha" e Valentín Serra, "Doutor". Líderes do Movimento Sem Terra, executados pelos fazendeiros Onizete e Carlinhos da Casa Goiás no município de Parauapebas (Pará, Brasil). Em março de 1998, o MST ocupou a fazenda Goiás II, em Parauapebas, Pará, com cerca de 500 famílias. A propriedade era considerada grilada e possuía mais de 1.400 hectares. Os acampados logo receberam ordem de oficiais da justiça para deixar a fazenda. Temendo a violência da Polícia Militar, as famílias deixaram a área, e acamparam a 5 quilômetros do local de onde haviam sido expulsas. Um grupo de pistoleiros acompanhou a desocupação dos agricultores, e quando perceberam que outro acampamento seria erguido perto da fazenda, perseguiram e assassinaram Doutor e Fusquinha, militantes do MST.

O que não se sabia era que esta investida audaciosa requerendo aquele pedaço de terra, perduraria por quase uma década de intensivas lutas e resistências. Após a chegada ao local, a primeira iniciativa foi prontamente romper o bloqueio da cerca e cortar o arame para dar acesso ao interior da fazenda e, às pressas, erigir mais um acampamento do MST no sudeste paraense.

Aos poucos a pequena parcela daquela paisagem antes formada por pastagens, começa a ser substituída por pequenos barracos improvisados. Neste ínterim, a notícia se propaga celeremente e a reação da família Mutran não tarda em acionar a justiça agrária. Logo no dia seguinte, no dia 27 de março de 1999, a justiça deferiu o interdito proibitório: 16 trabalhadores foram autuados e detidos, acusados pela polícia, de liderar a invasão da fazenda Cabaceiras. No entanto, graças a uma expressiva manifestação do MST nas ruas da cidade nenhum acusado foi condenado, obtendo desta forma, a absolvição pela justiça (GOMES, 2009). Passados 27 dias a contar daquela data, a justiça defere uma liminar de reintegração de posse. A saída dos trabalhadores foi acompanhada por um pelotão de 400 homens da polícia militar, devidamente armados, no intuito de garantir a integridade física dos oficiais de justiça no cumprimento do mandato judicial de reintegração de posse. No total foram cumpridos dois acordos de reintegração de posse.

O acordo estabelecia que no prazo máximo de 30 dias haveria uma vistoria do latifúndio, realizada pelos técnicos do INCRA e que os trabalhadores só desocupariam a área mediante esta vistoria. No entanto, como era de se esperar, devido à morosidade do órgão, o acordo não foi cumprido. E novamente os trabalhadores ocupam o latifúndio. Desta vez transferindo-se da margem do rio Sororó onde estavam provisoriamente acampados, para definitivamente se instalarem próximo à sede da fazenda às margens da rodovia PA 150. Neste descompasso de idas e voltas boa parte das famílias começaram a desistir da luta (BARROS, 2011). A partir deste momento começa então, uma longa série de eventos jurídicos, administrativos e burocráticos que se estenderam por largos anos.

2.1- O MST no sudeste paraense

De acordo com análises de Souza (2002), o sudeste paraense apresenta três importantes etapas de reordenação espacial. O primeiro período, na década de 1970, mediante a política de distribuição de lotes instituída pelo governo federal denominada colonização

dirigida, provocando um forte movimento migratório para a região. E nesse contexto, algumas famílias permaneceram; outras por falta de apoio foram obrigadas a abandonar seus lotes e se dedicarem a atividades não agrícolas. Entretanto, algumas delas se dispersaram e procuraram outras possibilidades de trabalho. O segundo período refere-se à política dos governos militares onde se estabelece o plano de integração da região por ocasião da ocupação dos *vazios demográficos* da área. Morbach (1997) chama atenção para os efeitos da propaganda ideológica do governo federal, com o objetivo de atrair milhares de pessoas do Nordeste e Centro-Oeste para realizar um processo ambicioso de colonização.

O governo assegurava que era uma Amazônia sem homens para os homens sem terra do Nordeste e Centro-Oeste. Este projeto violento de colonização causou grandiosos impactos por invisibilizar os povos da região no estímulo a grandes empreendimentos agropecuários na execução das atividades econômicas com pujantes incentivos fiscais ao capital privado nacional e internacional; além da exploração mineral ambiciosa impulsionada pelos grandes projetos, estimulando assim o aparecimento de uma nova massa de força de trabalho, para atuar nas obras de infraestrutura.

A partir deste período começa a eclodir os conflitos sociais, especificamente aqueles ligados a disputa pela posse da terra. Neste contexto, surge a exploração do garimpo de Serra Pelada, que atrai trabalhadores do país inteiro impulsionado pela busca do metal áureo. Por fim, no terceiro momento, observa-se uma pequena redução do incremento populacional ocasionado pelo fechamento de garimpos; e a ausência de uma política pública que realizasse de fato a reforma agrária, nesta configuração ocorre o aparecimento de uma grande massa de sujeitos despossuídos e desterritorializados, que se articulam e passam a lutar pela permanência no território e a pressionar o Estado para atingir seus objetivos.

De acordo com Fernandes (1999) o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se articulou em caráter nacional devido a um conjunto variado de atores e ações que ocorriam em todo o país, tendo como objetivo a luta pela posse da terra no final da década de 1970 e início dos anos 80. “O MST começou a se formar no Rio Grande do Sul com a ocupação da gleba Macali e da gleba Brilhante em setembro de 1979” (FERNANDES, 1999 apud PEREIRA, 2008, p.73). Levando em consideração que a quantidade de famílias a serem assentadas nas duas áreas não era compatível com a proporção das terras ocupadas, a

decisão foi ocupar outra área, desta vez com 600 famílias na Encruzilhada Natalino, nas proximidades dos municípios de Ronda Alta e Passo Fundo em março de 1981 (STÉDILE & FERNANDES, 2005).

Em atitude de solidariedade por parte das igrejas católica e Luterana, bem como pela CONTAG e demais movimentos sindicais, as famílias foram prontamente assistidas e apoiadas. Essa luta durou três anos, finalmente o governo realiza o assentamento das famílias. Neste período várias lutas estavam ocorrendo em outros estados do país: São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. “O MST surge, ao mesmo tempo, em vários estados. Penso que é muito simplista dizer que o MST surgiu na região norte do Rio Grande do Sul, embora aqueles camponeses possam ter na memória a experiência histórica de lutas anteriores” (STEDILE & FERNANDES, 2005, P.19 apud PEREIRA, 2008 p. 74)

Em julho de 1982, lideranças do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo se encontram para traçar planos e reforçar a luta. Dois meses depois a CPT promoveu um seminário em Goiânia, com a participação de representantes de diferentes estados. Eram 22 agentes de pastorais e 30 lideranças de ocupações de terras e posseiros. Os participantes apresentaram as formas de luta que estavam acontecendo em cada estado e avaliaram as suas ações. Depois de muitas discussões surgiu a idéia de se criar um movimento autônomo de alcance nacional (STEDILE & FERNANDES, 2005).

Segundo Stédile & Fernandes (2005), a gênese do MST foi determinada por três fatores básicos. O primeiro se refere ao aspecto sócio-econômico das transformações ocorridas no campo brasileiro, por ocasião da modernização da agricultura na década de 70. A mecanização da lavoura havia expulsado milhões de trabalhadores do campo. Um contingente migrou para as áreas de colonização no Pará, Mato Grosso e Rondônia; outro grupo foi expulso para as periferias das cidades, sobretudo aquelas próximas das áreas onde acontecia o processo de industrialização. Para encarar esta comoção social a outra opção era resistir permanecendo no campo e desta forma encontrar outras formas de lutas pela terra.

A mobilização promovida pela Igreja Católica e Igreja Luterana foi primordial na constituição do MST, sobretudo por meio da CPT. Padres, pastores, bispos, religiosos e agentes de pastorais, por meio de um trabalho de conscientização discutiram com os trabalhadores sobre a necessidade de se organizarem e lutarem por seus direitos. O caráter

ecumênico da ação da CPT contribuiu decisivamente para a construção de um único movimento, de massa, de repercussão nacional; o terceiro aspecto trata do processo de redemocratização do país (PEREIRA, 2008, p.74-75).

Neste período turbulento marcado pela reabertura da democracia no país, assim como pela modernização da agricultura industrial com ênfase nos estados do centro sul; no Pará os impactos causados pela exploração dos recursos naturais, sobretudo pelo setor mineral e agropecuário, este último responsável pela derrubada de imensas áreas para a formação de pastagens o que contribui para o aumento de trabalhadores expropriados. Nos aspectos sociais milhares de camponeses são expropriados de suas terras pela ação truculenta de grupos econômicos financiados com recursos do BNDES, assim como pela investida de grileiros amparados por documentos fraudulentos onde se intitulavam legítimos donos de terras pertencentes à união. Diante desta turbulência social, os trabalhadores expropriados, assim como aqueles despossuídos e moradores das favelas nas cidades próximas aos grandes projetos agropecuários e minerais, começam a se organizar e desta forma se intensifica a luta pela terra.

Embora grupos de trabalhadores rurais paraenses tivessem participado do Primeiro Encontro Nacional do MST, em 1984, em Cascavel (PR) e do Primeiro Congresso do Movimento, em 1985, em Curitiba (PR), na perspectiva de criar o MST no Pará, foi a partir de 1989 que iniciou o processo de territorialização do Movimento no estado. Algumas lideranças dos estados do Maranhão, Goiás, Pernambuco e Ceará iniciaram os seus trabalhos no estado. Alguns STR's vinculados à CUT e aos trabalhos da CPT foram as principais referências para início da articulação de apoio à construção do Movimento no estado. A primeira ocupação de terra realizada pelo MST no Pará foi a Fazenda Ingá, no município de Conceição do Araguaia, em 10 de janeiro de 1990, com 95 famílias e a segunda foi a Fazenda Canarana, em junho do mesmo ano com 45 famílias. Lideranças dos estados do Piauí, do Pernambuco e do Maranhão fizeram contatos, em 1987 e em 1988, com o STR de Conceição do Araguaia e com a CPT.[...] O Projeto de Assentamento só foi criado em 24 de setembro de 1996 quando trabalhadores rurais do Sul e Sudeste do estado intensificaram as suas lutas pela posse da terra.(PEREIRA, 2008, p. 75-76)

Devido às intensificações dos conflitos de terras no sul do Pará e as constantes repercussões midiáticas dentro e fora do país, tendo como pano de fundo os extensos latifúndios pertencentes a grandes grupos econômicos, bem como as grandes fazendas pertencentes a grileiros, ademais o enfretamento dos posseiros e sem terras que se lançavam na luta pela terra, esta região ficou convencionada pelo recente movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um lugar estratégico no processo de espacialização do movimento no estado do Pará (PEREIRA, 2008).

Segundo Pereira (2005), o processo de deformação do MST na região não ocorreu de forma tranquila. Uma das principais dificuldades diz respeito ao confronto com certa cultura de ocupação de terra na região implementada pelo movimento dos posseiros. A luta pela terra se caracterizava pelo enfrentamento direto do posseiro com o fazendeiro na área litigiosa. A estratégia dos posseiros consistia na ocupação de áreas que consideravam improdutivas, onde imediatamente era dividida em lotes e em seguida os homens começavam a produzir suas roças. Quando o fazendeiro entrava em ação por ocasião de ataques envolvendo pistoleiros contratados, assim como pela própria polícia, a organização coletiva dos ocupantes contava com o apoio da igreja católica em conjunto com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e desta forma era instaurado o processo de resistência contra as pressões dos supostos donos das áreas. Era por costume haver predominantemente a presença de homens nos primeiros anos de ocupação. Posteriormente, depois da terra já ter sido “*amansada*” as mulheres juntamente com as crianças adentravam na área. As instituições mediadoras: CPT e STR's não adotavam outras estratégias de ocupação se não aquela implantada pelos posseiros. Por falta de outras experiências, elas não acreditavam que a prática dos acampamentos adotadas no sul do país poderia lograr êxito nesta região, levando em consideração suas especificidades (PEREIRA, 2008).

Esse impasse entre os dois modelos de ocupação perdurou por certo período, antes da materialização de fato do MST na região. As táticas de ocupação do MST eram ignoradas pelos posseiros, por se tratar de um enfrentamento pacífico onde as pessoas ficavam acampadas em um local dentro ou fora do imóvel e desta forma aguardavam a ação dos órgãos governamentais no sentido de realizar a reforma agrária.

Dessa forma, eram evidentes as divergências com relação à condução da luta. Para os militantes do MST tratava-se de uma forma nova de fazer a luta pela terra, sem enfrentamento direto com os proprietários rurais. Tratou-se de substituir o modelo de ocupações efetivado pelo posseiro que expunha mais a possibilidade de morte, com confronto direto com os fazendeiros.[...] Muitos presidentes de sindicatos não compreenderam esse processo. “A luta dos posseiros era uma luta corajosa, mas despolitizada” argumenta Elias Araújo, uma das lideranças do MST destacada na época para ajudar na organização do movimento em Conceição do Araguaia (PEREIRA, 2008, p.78).

A luta do MST pela fazenda Ingá em Conceição do Araguaia ocorreu em clima de divergência entre as lideranças do STR e CPT. O mais interessante é que em meio a estas divergências entre os dois modelos de ocupação, a conquista do imóvel alavancou a formação do MST no estado. Algumas lideranças perceberam que era possível fazer avançar a luta no

estado. Alguns militantes desse acampamento vieram para Marabá ajudar no trabalho de base (PEREIRA, 2008).

No final do ano de 1990 e início de 1991, militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra deslocam de Conceição do Araguaia e articulam um trabalho de base no Município de Marabá. Depois de sete meses de intenso trabalho decidem ocupar a fazenda Ponta de Pedras no município de São João do Araguaia, com o efetivo de três mil famílias. Neste ínterim, a ação do aparato repressivo do Estado entra em evidencia. No dia 17 de Junho de 1991 uma força conjunta comandada pelo delegado da Policia Federal Néder Duarte, efetua a prisão de sete lideranças do movimento. Nestas circunstancias, todo o material de expediente do escritório situado no bairro Cidade Nova foi levado pela policia Federal, Civil e Militar. De acordo com a manchete do jornal O Liberal do dia 26 de junho daquele ano, a prisão das sete lideranças foi efetivada a partir de rumores sobre uma movimentação para que diversas fazendas da região de Marabá fossem invadidas por grupos intitulados sem terra e colonos.

O mandado de prisão foi decretado pela juíza Dr. Izilda Pastana acusada, na época, de ser nora do então deputado estadual pelo Partido Democrático Social (PDS), Osvaldo Mutran, conhecido por Vavá Mutran. Este ocupava, quase sempre, a tribuna da Assembléia Legislativa e a imprensa local e regional para acusar os trabalhadores rurais pelos conflitos de terra na região. Na ocasião não perdeu tempo em acusar os sete trabalhadores rurais presos de fomentadores da “guerrilha armada na região” (O Liberal, 17.09.91). [...] *continua o deputado* (grifo meu) Ontem à noite, em Marabá, a Policia Federal, em ação conjunta com o Exército descobriu o bando no bairro da Cidade Nova e efetuou a prisão de sete elementos, com armas pesadas, metralhadoras, bombas e em um poço, um saco contendo outras armas possantes. Ia acontecer em Marabá o que aconteceu em 1970. A guerrilha ia voltar. Entre os elementos que estão presos, incomunicáveis, se encontram alguns que foram submetidos a treinamentos de guerrilha em Cuba, El Salvador e Chile. Eles estavam preparando uma invasão das propriedades e ia subir para o sul. A coisa é séria. Um dos guerrilheiros presos já esteve participando de atentados no sul do País, jogando bomba na fábrica da Ford. Quero me congratular com o Exército, a Polícia Federal e a Polícia Militar pela ação (Diário do Pará, 19.06.91). Depois de três meses de prisão no Quartel da Polícia Militar, em Marabá, – de 17 de junho a 17 de setembro de 1991 – as sete lideranças do movimento foram colocadas em liberdade. Os 14 desembargadores reunidos em sessão das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado (TJE) votaram por unanimidade a liberação dos trabalhadores (PEREIRA, 2008, p.81).

Aos poucos o movimento estabelece suas bases na região. Depois da prisão dos sete militantes do MST as entidades como a CPT, SDDH e CEPASP que até então apoiavam timidamente o movimento se voltam com apoio solidário. Este momento foi propício a provocar a discussão sobre os objetivos do movimento na região na luta pela terra. Grupos do Maranhão e de Conceição do Araguaia se deslocaram para reforçar o trabalho de base na região

de Marabá. Depois de intensas articulações, o resultado deste trabalho foi a ocupação da fazenda Rio Branco, dos Lunardelli, em Parauapebas, com 548 famílias (PEREIRA, 2008).

Depois desta investida, a desocupação foi instaurada imediatamente. Este despejo contribuiu ainda mais para a aproximação das entidades em prol da luta. Em atitude coletiva resolveram acampar nas dependências do INCRA em Marabá. Passados seis meses de acampamento as famílias foram finalmente assentadas nos 12 mil hectares da fazenda negociados com órgão. Esta data marca a conquista do primeiro assentamento criado pelo MST no sudeste paraense. Continuando nesta mesma sequência de estratégias de luta, na mesma área, foram criados os assentamentos Palmares I com 14.921,9802 hectares e Palmares II com 9.614,6931 hectares. Nessa mesma região, graças a atuação do MST, o PA 17 de Abril com 690 famílias na fazenda Macaxeira só foi criado em 1997, um ano após o Massacre do Eldorado dos Carajás, episódio violento onde foram assassinados 19 trabalhadores pela polícia militar do estado (FERNANDES, 1999 apud PREIRA, 2008).

A aproximação dos dois movimentos possibilitou o alargamento das fronteiras conquistadas pelo enfrentamento direto com os grandes latifundiários. As experiências compartilhadas permitiram a consolidação de estratégias de luta que unificaram os objetivos dos movimentos e conseqüentemente proporcionou novos aprendizados entre os pares.

2.2 - Ocupações e conquistas de assentamentos da reforma agrária no sudeste paraense

Como estratégia para pressionar o governo no sentido de viabilizar a reforma agrária, assim como o direito de acesso a terra, que de certa forma, nunca foi preocupação do Estado, os movimentos sociais, como tática de ação, realizam as chamadas “ocupações”, palavra que começa a fazer parte do vocabulário dos movimentos sociais. Essas ocupações que aglutinam diversos sujeitos e entidades, materializadas em ações coletivas, reivindicam como prioridade a posse da terra que não cumpre a função social amparada pela Carta Magna. As mobilizações sociais ganham notoriedade pelos vastos rincões do estado do Pará. A partir de 1987-1988 inicia-se a criação de assentamentos na região, fato este resultante da pressão nacional e regional pela reforma agrária. Em escala regional a política de regularização fundiária promovida pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) impulsionou as ações do Estado (MICHELOTTI et al, 2007).

Dados da Comissão Pastoral da Terra (1999) constata que no lapso de tempo de uma década, no Pará houve cerca de 342 ocupações registradas entre os anos de 1999 e 2009, com aproximadamente 47.178 famílias envolvidas. Desse total o Sudeste Paraense apresentou 270 ocupações computadas (78,94%), com 31.852 famílias (67,51%). O Município de Marabá no período de 1999 a 2011 teve registrado 60 ocupações (17,54% de todo o estado do Pará) e 7.033 famílias discriminadas (MIRANDA, 2014). A partir destes dados constatamos que o quadro político-social da região sudeste do Pará sofre alterações significantes no reordenamento espacial e territorial.

Devido à atuação dos movimentos sociais reivindicando a posse e o acesso da terra por meio de diversas ocupações na região, Marabá hoje conta com 77 assentamentos, com uma área total de 398.486,2306 hectares e 6.793 famílias (SIPRA/INCRA-SR/27, 2011). Projetos esses que são frutos de ações pretéritas de posseiros em castanhais e fazendas da região e do próprio MST. Fato que contribuiu para que em 1998 e 1999 houvesse a criação de 38 PA's. É importante destacar que o progressivo aumento de criação de projetos de assentamentos na região sudeste paraense nos períodos de 1997 a 1999 deveu-se basicamente pela repercussão do Massacre de Eldorado dos Carajás que ocorreu no ano de 1996, evento esse que de certa forma pressionou o governo federal a instaurar na região uma política de reforma agrária. Michelotti et.al. (2007), assegura que no período de 2000 e 2002, em relação a criação de assentamentos, ocorre uma redução drástica comparadas ao período anterior. Reflexo da ofensiva do governo federal em desmobilizar a luta pela terra. Com relação a esses assentamentos e acampamentos, o MST é protagonista direto, no Pará, por 13 assentamentos e 12 acampamentos; no sudeste paraense por 7 assentamentos e 8 acampamentos; e em Marabá por 1 assentamento (26 de Março) e 1 acampamento (Helenira Rezende), de acordo com os dados do próprio movimento social no ano de 2009 (Fonte: Secretaria Estadual do MST-PA/2009). O acampamento Hugo Chávez iniciado em 2014 constitui mais uma ação do MST na região de Marabá.

De acordo com as alterações espaciais e históricas provocadas nos últimos anos na região, o panorama atual se tornou dinâmico devido ao protagonismo de milhares de famílias que saíram da condição de proletariados e compõem agora a categoria de detentores dos meios de produção, que segundo Marx, obtém de volta a sua autonomia. Veremos agora como o assentamento 26 de março foi consolidado em meio a intensas batalhas.

2.3 – A fazenda Cabaceiras e a criação do projeto de Assentamento 26 de Março

Segundo Velho (2009), Marabá sempre foi um lugar de migrantes, um verdadeiro ponto de contato entre a Amazônia, Nordeste e Brasil-Central. Região situada na confluência dos rios Tocantins/Araguaia e Itacaiúnas. Desde sua fundação esta área sempre foi palco de enfrentamentos litigiosos. Quando os colonizadores resolveram investir na região, que por certo, sempre foi atraente devido a sua posição geográfica estratégica e suas riquezas minerais e vegetais; o embrião desta investida se movia principalmente por disputas oligárquicas entre famílias de influências. Carlos Leitão em 1895 recebe proventos do então governador Lauro Sodré, a sua missão era de estabelecer uma colônia às margens do rio Itacaiúnas“ na praia dos Quindangues, à margem esquerda do rio Tocantins, a 8 km à jusante da foz do rio Itacaiúnas, em sitio alto e livre de enchentes”(VELHO, 2009, p. 26). Para tal intento o colonizador arregimenta uma turba de vaqueiros, lavradores e comerciantes com o objetivo de fundar um 396lo agrícola chamado Burgo do Itacaiúnas.

A finalidade deste projeto era lançar as bases de uma frente agropecuária no sudeste do Pará, no intuito de abastecer com gêneros alimentícios a capital Belém. Tratava-se de uma região de difícil acesso devido aos obstáculos topográficos dos caudalosos rios que entrecortavam a densa floresta, habitada por índios Timbiras especialmente Parkatejê comumente nominados de Gavião. Na virada do século XIX e início do seguinte, a Amazônia se destaca no cenário comercial internacional como potência extrativista, por ocasião do *boom* da borracha que alimentava a indústria automobilística que despontava nos Estados Unidos e Europa. A partir desse momento, o foco agropecuário do frágil Burgo se volta para a extração vegetal da goma elástica (caucho) a partir de 1897, assim como da castanha que timidamente ascendia no comércio extrativista. Deste modo a minguada população do vilarejo começa a esvaecer:

As perspectivas de desenvolvimento agropecuário se tornavam cada vez mais remotas, já era apenas uma pequena minoria que se internava na mata em atividades extrativas, as quais, por sua vez, iam-se definindo mais claramente pelo caucho. O futuro da área estava como que decidido por muitos anos. Ligar-se-ia necessariamente pela extração em função da qual se surgiria e tornar-se-ia conhecida Marabá. O Burgo desapareceria e com eles entrariam em hibernação os sonhos agropecuários dos colonizadores, para só ressurgirem muito tempo depois com nova feição (VELHO, 2009, p.28)

Nas primeiras décadas do séc. XX a extração vegetal ganha novo contorno desta vez, não mais pela borracha, que entrara em colapso. Para sobrepor aquele momento de depressão

econômica, aflora agora com grande ímpeto a extração da castanha. Neste ínterim, Marabá desmembra-se de São João do Araguaia e pouco tempo depois é elevada à categoria sede da comarca, em 1927. Neste contexto, a região é palco de atração de imigrantes de vários estados, principalmente do Maranhão, Piauí, Goiás e Pernambuco. Como forma de organização do incipiente comércio que regulava as transações extrativas aparece como destaque algumas famílias de imigrantes, dentre elas a de origem sírio-libanesa, como é o caso da família Mutran que depois de algum tempo se torna uma das mais importantes no ramo do comércio extrativista (BARROS, 2011).

Quando o comércio da castanha ganha fôlego, a família Mutran se posiciona como detentora de todas as instâncias da cadeia produtiva do produto:

A família Mutran operava em dois momentos fundamentais. Em primeiro lugar vendiam os insumos e produtos necessários àqueles que quisessem se “aviar”, quer dizer adentrar a mata e se dedicar à extração vegetal. Posteriormente esses mesmos comerciantes compravam e escoavam a produção. Em geral o primeiro momento estava condicionado ao segundo: a venda dos insumos era feita a crédito, o que gerava a obrigação de o produtor entregar a sua mercadoria ao comerciante que havia lhe fornecido o material inicial necessário ao aviamento (BARROS, 2001, p.56).

É interessante destacar que nos anos iniciais do processo produtivo da castanha havia os chamados castanhais “livres” onde as pessoas exploravam os frutos da floresta sem depender de liberação prévia dos chefes políticos da região. Essas áreas eram consideradas devolutas. Em decorrência da queda internacional da economia da borracha da Amazônia, por sua vez, a castanha floresce agora como expoente econômico que viria conferir maior abundância aos comerciantes da região do Tocantins. E, como era de se esperar, nesta conjuntura, desponta na região grande oligarquias² que estariam de certa forma monopolizando o comércio da castanha.

²Segundo Emmi (1999), a oligarquia do Tocantins se constituiu na região por um período (de 1927 ao início da Ditadura Militar em 1964) marcado pelas relações que transformaram a estrutura fundiária e as mudanças do poder político em Marabá. A oligarquia foi um elemento de poder econômico e político expresso na região com características próprias diferente das oligarquias nordestina. Neste contexto, a oligarquia do Tocantins representou historicamente a dinâmica de grupos seletos constituídos em torno de famílias ou empresas que controlavam a atividade econômica principal da área – a coleta e o comércio da castanha. O monopólio desta exploração é exercido por um grupo reduzido de comerciantes que por conseguinte exercem o poder de “donos ou arrendatários” dos castanhais. O processo de apropriação destes se dá dentro de um jogo de favorecimento

De acordo com Barros (2011), até meados da década de 1920 os castanhais continuavam “livres” e constituem desta forma a chamada primeira fase da frente extrativista da castanha. Em Marabá neste período, ocorria uma concentração populacional, onde os migrantes extrativistas se alojavam por curto espaço de tempo enquanto se preparavam para adentrar a mata em busca da preciosa amêndoa. Esta flutuação populacional ocorria entre os meses de dezembro a março, período marcado por fortes chuvas, era a chamada safra da castanha. A intensiva rotatividade de mão-de-obra aliada às péssimas condições de trabalho no interior da mata proporcionava relações sociais subjugadas pela violência e exploração desumana dos sujeitos, embasadas nos chamados *aviamentos*, considerados como sistema de controle de dívidas e acerto de contas. O que imperava nestas relações era a lei do cão, ou seja, a lei do mais forte.

Como forma de se obter maior controle da produção extrativa, os detentores do poder naquele momento decidem cercar as *áreas livres*, local onde as pessoas coletavam as castanhas de forma autônoma. Essa medida administrativa e política se regulamentavam pela égide da lei dos aforamentos e contratos de arrendamentos. Assim então se instaura com forte ímpeto, as oligarquias dos castanhais que viriam a monopolizar todo o processo produtivo e logístico do produto vegetal na região sudeste do estado.

O novo sistema começou a surgir em 1925. Aparentemente foi uma reivindicação do chefe político de então – Teodoro de Mendonça – aos seus correligionários do governo do estado de uma arma para favorecer os elementos da situação e controlar o comportamento político. Como os arrendamentos seriam provisórios – em geral por uma safra – podiam a juízo do chefe político, deixar de ser renovados. Esperava-se que os aquinhoados, em troca do prestígio e do poder advindos, fossem capaz de retribuir politicamente a graça recebida. (...) tratava-se quase que da criação de uma oligarquia, tendo por esteio a camada de comerciantes; ou pelo menos da efetiva consolidação e institucionalização de uma oligarquia nascente sem a qual o sistema não se reconheceria (VELHO, 2009, p.53-54).

Com a pujança do sistema, os grupos de famílias privilegiadas arrendam imensas áreas de floresta nativa e com o passar dos anos se constituem verdadeiros detentores dos castanhais. De certa forma, com elevada concentração de terras e pujança financeira oriunda da atividade comercial, esses grupos começam a lançar tentáculos, então na esfera política

dos correligionários políticos em detrimento dos adversários. A cessão é feita por contratos renováveis em períodos previstos. Entre os mais aquinhoados neste jogo se encontram o ex-governador Deodoro de Medonça e a família Mutran . Gutemberg Armando Diniz Guerra. EMBRAPA/CPATU. cad.dif.tecnol. Brasília 6(1): 157-163, jan/abr.1989.

granjeando desta forma a consolidação do poder. Operavam em Marabá personalidades jurídicas importantes como as empresas “Borges & Cia, Dias & Cia, Mourão & Cia, dentre outras. Esta última empresa por sinal, é a primeira detentora de um dos títulos que cobrem a área do castanhal Cabaceiras” (BARROS, 2011, p. 57).

Com a revolução de 1930 que subleva Vargas ao poder, o sistema de arrendamento ganha nova feição, configurando desta forma valioso instrumento político-econômico que lança os tentáculos da hegemonia que açambarca porção considerável do território. Todavia de maneira tímida os “castanhais do povo” ainda perduram durante algum tempo, concomitante ao sistema de arrendamento. Para acessar os castanhais livres, os extrativistas necessitavam de autorização prévia do chefe do poder político, bem como a realização de cadastro para controle da atividade.

Durante a década de 1930 foram editados vários decretos e leis visando controlar o acesso aos castanhais, no intuito de regular a exploração da castanha. Estas intervenções jurídicas acabaram inibindo de certa forma a expansão das oligarquias, mas não impedindo seus avanços ainda que inibidos. Na segunda metade do século XX, retoma com ímpeto desenfreado e sob nova forma jurídica, a concessão de extensas áreas de florestas às famílias detentoras de não poucos castanhais no sudeste paraense, são os chamados “*aforamentos perpétuos*”. Desta forma imensas áreas são anexadas às existentes, convertendo assim as elites castanheiras em grandes latifundiários. Esse período foi considerado o apogeu das oligarquias do sudeste do estado, com destaque para a família Mutran (EMMI, 1999).

É bom frisar que essa legislação que regulamentava os aforamentos já existia em 1920, mas foi congelada em 1930 por ocasião da ascensão do governo de Vargas, em que uma junta provisória do governo do estado do Pará estabelece sua extinção no objetivo de controlar o extrativismo. No entanto, a legislação reaparece em 1954 pela Lei estadual 913, e desta vez confere estímulos a atuação das elites, consolidando assim, o domínio das imensas áreas de castanhais públicos às oligarquias existentes. Nesta conjuntura em face do ordenamento espacial Marabá desponta como polo econômico e político de grande importância (EMMI, 1999). A lei de Nº 913 de 1954 que regulamenta o extrativismo vegetal prescreve que em caso da concessão de aforamento, o pleiteante deveria ocupar uma área (limitada a 7.200 hectares) por um período de cinco anos em regime de arrendamento, após este período conta-se mais cinco anos para então poder entrar com o pedido de aforamento. Nesta projeção,

quando transcorridos dez anos de intensa atividade extrativa, o pretense foreiro, poderia tornar-se de fato o legítimo dono, mediante o pagamento de um tributo que correspondia a 2,5% do valor venal do imóvel.

A finalidade da lei diz respeito ao extrativismo apenas. A mesma Lei estabelece uma ressalva, afirmando que em caso da ocorrência de desmatamento da floresta, desviando desta forma a finalidade principal da Lei do extrativismo, o requerente deveria por meio da compra direta resgatar a área e indenizar o ente público pelo passivo ambiental gerado, Barros (2011) sintetiza que esta lei é considerada o marco legal por excelência; instrumento de legalidade do extrativismo, para a consolidação das oligarquias das elites latifundiárias do sudeste paraense. É bom destacar que em caso de derrubada destas áreas para a realização de pastagens, fato comum na região, tal ocorrência deveria ser informada ao ente estatal, e desta forma a administração pública obtinha a ciência e o controle das atividades.

O governo do estado expede 250 títulos de aforamento no período de 1955 a 1966. É importante esclarecer que de acordo com a Lei, o foreiro não possui autonomia total sobre o imóvel ocupado; toda e qualquer alteração que fosse realizada na área, o foreiro teria que comunicar ao Estado, e desta forma receber anuência ou não de sua ação. De acordo com as análises de Barros, podemos observar como ficaram distribuídos os 250 títulos de aforamentos concedidos no período citado anteriormente:

No total, as 250 áreas resguardadas pelos títulos de aforamento expedidos pelo governo do estado do Pará perfazem uma dimensão de quase 913 mil hectares, espalhadas por dez municípios. Marabá concentra a esmagadora maioria dos castanhais aforados: 166 – prova da importância do município como centro político, social e econômico do polígono dos castanhais, desses 250 títulos, 143 continuam vigorando até os dias de hoje, outros 100 acabaram sendo desapropriados para fins de reforma agrária, um foi adquirido pelo Estado e apenas seis foram efetivamente resgatados (BARROS, 2011, P.64).

De acordo com os dados da pesquisa, fica então evidentemente assinalado o porquê da existência de inúmeras ocupações no sudeste paraense, onde os movimentos sociais reivindicam a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária, bem como para a criação de diversos assentamentos. Fontes da gerência de aforamentos do ITERPA assegura que no sudeste paraense existem nada menos que 143 imóveis que estão sendo regidos pela legislação extrativista dos aforamentos (BARROS, 2011). Isto quer dizer que um bom número de fazendas onde atualmente são desenvolvidas atividades agropecuária, estão ainda vinculadas ao regime dos aforamentos e de acordo com estudos, estes imóveis são

responsáveis diretos por exagerados passivos ambientais. Chega-se à seguinte inferência: será se os detentores destas imensas áreas, que de certa forma ainda possuem ligações com o ente público, gozam de prerrogativas jurídicas dentro da legalidade? Se a Lei prescreve que os aforamentos se destinam ao desenvolvimento de atividades extrativistas vegetais em sua exclusividade, por que tal desvio da função da propriedade segundo a Lei, não recebe atenção por parte do ente estatal?.

Até a II Guerra Mundial os maiores mercados compradores de castanha encontravam-se na Europa, sendo Inglaterra e Alemanha os principais países importadores (VELHO, 2009, p. 59). Por ocasião do fim da segunda guerra mundial em 1945 e do declínio da economia extrativista internacional da castanha, algumas empresas de renome na região (A. Mourão & Cia, Dias & Dias) abandonam o comércio da castanha e cedem lugar a uma família de ascendência sírio-libanesa que já possuía bastante influencia da região do polígono dos castanhais, e desta forma ascende ao posto de monopólio do comércio extrativista, constituindo assim um grupo oligárquico de destaque:

Esse grupo familiar cujo chefe será Nagib Mutran havia chegado em Marabá nos fins dos anos 20, já na década de 30 começa a arrendar grandes áreas de castanhas e a comprar algumas delas (sic). Oriundos da Síria tendo morando no maranhão (em Grajaú onde comercializavam), fixam-se em Marabá e aos poucos vão se tornando grandes latifundiários. Esse grupo foi formando um tronco familiar importante por meio de alianças matrimoniais que unem, com as famílias, suas terras e seus bens (EMMI, 1999, p.91)

Este grupo ganha destaque não somente, pelo controle da extração e comércio da castanha, mas, sobretudo pelo domínio de vastas áreas de florestas que adquirira por meios dos títulos de aforamentos, pela compra direta, bem como por meio de endividamento dos menos favorecidos que lhes rendiam apólices mercantis, e ademais, pelo poder que lhes assistia nas relações políticas. Todo o circuito produtivo e logístico da castanha obtinha predomínio pelo grupo familiar. Desde o escoamento do interior da mata pelos barcos de pequeno porte até o destino final na capital do estado por meio de grandes embarcações que singravam o caudaloso rio Tocantins sentido à baía de Guajará. Como já não bastasse a predominância logística, bem como a industrialização, para fechar o circuito a exportação do produto era realizado pelo grupo na capital do estado. Tal pujança econômica lhes atribuiu poder fama e honra sem precedentes consolidando assim a oligarquia de maior peso da região. Este poderio se estende por várias décadas. Para se ter ideia, já em 1950 por meio do aforamento de terras públicas o grupo controlava uma área de 45.135 hectares de castanhais nos municípios de

Marabá e São João do Araguaia. “Três décadas mais tarde aumentaram seu portfólio para impressionantes 131.332 mil hectares” (EMMI 1999, p.111).

Em relação à escalada política o grupo adquiri estabilidade e influência por vários anos. Iniciando pelo patriarca Nagib que ascende ao cargo de prefeito de Marabá em meados do século XX, e por períodos intercalados os membros da família vão revezando os cargos políticos numa constante sinergia (BARROS, 2011). Alguém certa vez se referiu aos Mutran como sendo os donos do município de Marabá. Com base nesta reputação, alguns dos trabalhadores que intencionavam adquirir um pedaço de terra por ocasião da ocupação da fazenda Cabaceiras fato citado no início do capítulo, desistem da luta, quando percebem que o imóvel pertencia à família Mutran. Observe a descrição da escalada política do clã:

Ao longo do século XX os Mutran assumiram postos importantes da política local, ou se tornaram empresários com peso econômico. Nagib Mutran o patriarca da família, foi deputado estadual. Ele tem dois irmãos, Jorge e Benedito. O filho de Nagib Osvaldo dos Reis, o Vavá foi prefeito nomeado de Marabá e deputado estadual. Dos filhos de Vavá, Nagib neto foi prefeito de Marabá e Osvaldo Junior, vereador – casado com Ezilda Pastana, juíza em Marabá. Vavá tem dois irmãos, Guido -com um filho que foi vereador(Guido filho) – e Aziz. Jorge Mutran teve três herdeiros, Délio, Celso e Evandro – que é responsável pela empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda, em sociedade com os irmãos, e proprietário da fazenda Cabaceiras (SAKAMOTO, 2007, p. 169).

Durante longos anos a família Mutran esteve na vanguarda dos empresários mais influentes da região de Marabá. A escalada política se deu em vários períodos entremeados por tensões conflituosas. Como se observa, pela descrição de Sakamoto, a cidade parecia pertencer à família. Os cargos políticos são representados desde a esfera municipal (legislativo e executivo), passando pelo legislativo estadual e, por fim, para fechar o circuito dos poderes, o judiciário também lhe prestava honrosas benesses. Como a historia é dinâmica e ambígua ao mesmo tempo, os integrantes da família que não optaram por cargos políticos se destacam na esfera do agronegócio com empreendimento avultados na região sudeste paraense. Por ocasião da chegada de grandes grupos econômicos na região, para disputar a messe da pecuária extensiva, novamente a família Mutran entra em evidencia, só que desta vez fazendo permuta de latifúndios, ou melhor, transferindo sua atuação, para outros segmentos empresariais. Observe a seguinte descrição:

Recentemente a família Mutran desponta como uma das maiores fornecedoras de latifúndios para o grupo Agropecuária Santa Barbara Xinguara, ligada ao grupo Opportunity, controlada pelo banqueiro Daniel Dantas. Em 2005 Benedito Mutran filho vendeu ao grupo três fazendas(Cedro, Espirito Santo e Maria Bonita),

totalizando aproximadamente 28 mil hectares. Porém, a Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA) vem contestando na justiça essas negociações por compreender que Benedito Mutran Filho não teria o título definitivo de todas as áreas, que também estão cobertas por títulos de aforamentos expedidos pelo governo do Pará em nome da família décadas atrás, para a extração de castanha mediante o pagamento anual de um foro. A PGE entende que a transação não poderia ter sido feita sem expressa anuência do governo estadual que responde pelo domínio direto sobre a área, ao passo que a Bendito Mutran Filho cabe o domínio útil. (BARROS, 2011 p. 70)

Como de costume, parte considerável dos latifundiários do sudeste paraense não levam a sério o ordenamento jurídico fundiário que prescreve que a área que fora concedida em regime de foro para se tornar particular precisa do desligamento jurídico do Estado, que por sua vez requer o pagamento retroativo de encargos financeiros. Ainda de acordo com Barros, quando a fazenda Cabaceiras foi ocupada pela primeira vez, no memorial 26 de março de 1999, ela se encontrava em pleno desenvolvimento da atividade pecuária extensiva. Os integrantes do MST cogitavam que a fazenda de propriedade dos Mutran, tivesse sido apropriada por meio de documentos fraudulentos. Quando foi realizado o exame da cadeia dominial detectou-se que a fazenda tem em sua origem dois títulos expedidos de acordo com os processos legais.

Na realidade, a fazenda é formada por dois imóveis rurais contíguos que somados perfazem uma área total de 9.774,405 hectares. Uma destas áreas 3,6 mil hectares é coberta por um título de aforamento expedido em 1959 em nome do senhor Nelito de Almeida para atividade exclusiva de extração de castanha. Três décadas mais tarde, o imóvel é transferido à empresa Jorge Mutran Exportação e Importação LTDA, que se torna assim a efetiva responsável pelo castanhal. Já o outro imóvel de área maior possui título definitivo registrado em cartório no ano de 1942 em nome da empresa A Mourão & Cia, (BARROS, 2011). Desta forma como se observa, a fazenda possuía dois títulos, um legal que gozava das prerrogativas jurídicas, o outro, irregular por se tratar de área destinada à extração vegetal, que por sua vez não estava enquadrado dentro da finalidade pela qual foi concedido pelo ente estatal. Assim era compreendida a cadeia dominial do imóvel.

Segundo estudos da dissertação de mestrado, Barros chega a afirmar que o motivo principal pelo qual o imóvel foi destinado à reforma agrária em 19 de dezembro de 2008 foi amparado pela legislação por se tratar de um imóvel que não cumpria a “*função social da terra*”, ou seja, a terra como caráter social, imprimido à propriedade, reflete-se no dever do

proprietário de dar à sua propriedade uma função específica. Não se trata, porém, de qualquer função aleatória, mas aquela de caráter social, que se vincule ao interesse coletivo e não apenas ao interesse individual (DONZELE, 2011). Assim, dispõe o artigo 186 da Carta Magna: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: i) aproveitamento racional e adequado; ii) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; iii) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; iv) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos seus trabalhadores.

Devido às pressões dos movimentos sociais e algumas denúncias de trabalhadores sistematizadas pela CPT/Marabá foram realizadas diversas vistorias pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego na fazenda Cabaceiras nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 em todas elas os agentes encontraram trabalhadores em “condições análogas ao de escravo” na fazenda. Sem falar que nos anos de 2001 os agentes do grupo móvel resgataram 15 trabalhadores em condições degradantes. Em vistorias também realizadas pelos órgãos ambientais foram constatadas agressões ao meio ambiente caracterizando assim em crimes ambientais. Só na área de 3,6 mil hectares, coberta pelo título de aforamento e destinada a exploração de castanha, foram computados 1.922 mil hectares que foram tombados para ceder lugar à pastagem.

É interessante notar que a desapropriação da fazenda e castanhal Cabaceiras foi o primeiro caso no Brasil onde ocorre a desapropriação com bases em critérios sociais trabalhistas, econômicos e ambientais. Antes, as desapropriações ocorriam com base apenas nos critérios de produtividade medidos pelo grau de utilização da terra (GUT) e grau de exploração econômica (GEE). Era totalmente desconsiderada a questão ambiental e trabalhista (BARROS, 2011). É bom ressaltar que graças ao persistente esforço do MST e a resistência dos acampados, bem como as pressões imprimidas nos trâmites dos processos administrativos e jurídicos é que de fato, se consolidou a desapropriação da fazenda Cabaceiras.

Por ocasião da vistoria realizada pelos técnicos do INCRA no ano de 2000, em resposta do poder público às reivindicações do MST, foram contabilizados na fazenda Cabaceiras a cifra de 5 mil cabeças de gado distribuídos em 6.532 hectares. Para a

manutenção desta imensa pastagem foram recrutados diversos grupos de peões oriundos de várias regiões, para trabalhar na limpeza do pasto. É bom destacar que a dinâmica de exploração brutal a que estavam submetidos estes trabalhadores foi fator decisivo para que ocorresse a desapropriação da fazenda. A definição do artigo 149 do código penal “*trabalho análogo ao de escravo*” designa as mazelas sociais e trabalhistas flagradas pelos auditores do Ministério do Trabalho e Emprego MTE nas diversas abordagens feitas pelo grupo móvel a partir de 2001. De acordo com os depoimentos obtidos pelo escritório da CPT em Marabá, relatados por trabalhadores que haviam fugidos da antiga fazenda é que de fato houve a realização destas vitórias que contribuíram para a criação do projeto de assentamento. Neste panorama, onde havia pés de bois e braços de trabalhadores explorados e expropriados no trabalho alienante e degradante, hoje habita no mesmo local, dezenas de trabalhadores autônomos que granjeiam o pão cotidiano para alimentar as suas famílias em espaços conquistado pelo preço da coragem e ousadia. A faina cotidiana que absorve esses trabalhadores se fundamenta no direito pela liberdade, e pelo respeito à vida na construção de dias melhores.

A ocupação da fazenda Cabaceiras começou com 900 famílias e terminou com 400. A quantidade de pessoas ultrapassava a área destinada ao assentamento, desta forma ficaram apenas 206 famílias e as outras foram remanejadas para outras áreas de acampamento do MST. O assentamento foi parcelado em 206 lotes com 50 hectares cada, organizados em seis núcleos de moradia, tendo como distribuição espacial predominante o formato *raio de sol*, modelo ampliado pelo MST, cada núcleo comporta em média vinte famílias. Além dos seis núcleos de moradia, há também outros lotes de formato retangular que compõem outras formas de moradia. O assentamento possui uma área pública de 174 hectares cedida para a CRM, Instituto Federal do Pará IFPA (GOMES, 2009).

É interessante destacar que na atual configuração do Assentamento, parte de alguns lotes foram dissolvidos em parcelas menores, cedendo lugar a outras famílias que adquiririam estes espaços para desenvolver as práticas de hortifruticulturas. Pelo fato da localização estar próximo à cidade de Marabá, bem como do entorno da Vila Sororó, as terras são alvos de pessoas que granjeiam um pequeno espaço para morar e trabalhar, com culturas intensivas (cultivo de hortas).

3 - A CAMPESINIDADE ENQUANTO EXPERIÊNCIA E PROJETO

Um das preocupações, ou se não a maior das ciências sociais, assim como da política, nos últimos tempos tem sido a questão de compreender as diferenças. Quiçá, seja a razão que contribui para uma enorme variedade de reflexão nesta área que se torna cada vez mais atraente. A complexidade e a heterogeneidade da sociedade pós-moderna tem sido uma das suas principais marcas. Neste quadro, o que torna interessante é verificar como ocorre a articulação entre as diferentes visões de mundo associada a estilos de vida variados e como se dá a adesão que seja significativa para a demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais. Esta aproximação de diferentes visões mundo, entre sujeitos ou entre grupos, ocasiona de certa forma, um conflito de valores, mas também ocorre de maneira dinâmica assimilações de trocas culturais que de certa forma acabam constituindo diferentes tipos de identidades. “É evidente que existe uma básica diferença entre uma identidade socialmente dada, seja étnica, familiar e etc. e uma adquirida em função de uma trajetória com opções e escolhas mais ou menos dramáticas” (VELHO, 2003, p. 97).

O projeto da campesinidade no Assentamento 26 de março representado por duas famílias com trajetórias de vida distintas, estabelece a junção de várias identidades na interação com o coletivo social (família e vizinhança). Percebemos que no espaço do assentamento convivem diferentes camponeses que adquiriram seus lotes de várias formas. Uns adquiriram pela compra direta, outros pelo embate do movimento social com o capital e que o valor do lote corresponde ao preço da luta. Ambos os trabalhadores encaram a vida de trabalho e estabelecem relações com a natureza, bem como com a família e comunidade de várias formas e com sentidos diferentes, mas existem pontos em comuns que constituem o projeto da campesinidade quando é atribuído às categorias terra, família e trabalho um sentido imbricado de valor social e cultural que funcionam como uma forma de ordenação do mundo.

Nas culturas camponesas, a terra está intimamente relacionada à família e ao trabalho, por outro lado, não se pensa no trabalho realizado na terra sem a participação da família. Essas categorias estão vinculadas a princípios organizatórios maior, como a honra, a hierarquia e o prestígio aliado ao senso de justiça. Os camponeses são sujeitos que estão em continuo processo de transformação e articulação ocasionado pela sociedade e pela história. Para tanto, é bom esclarecer que, neste caso, não há camponeses que estabeleçam em suas

práticas a totalidade das qualidades da campesinidade. “A trajetória camponesa não é, contudo, linear. Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser ele mesmo, necessário para que haja outro movimento, o de reconstituir a tradição (WOORTMANN, 1990, p.16). Nas relações com a natureza e a vizinhança, bem como com o mercado, as famílias estabelecem laços de reciprocidades simétricas, referenciados pela visão de mundo que concebem, ou seja, o *mundo das humanidades*, onde as pessoas valem mais do que as coisas materiais.

3.1- Trajetórias de vida dos sujeitos e a conquista da terra

Antonio Santos Balduino, 61 anos. Nasceu no estado do Piauí, mas naturalizou-se no Maranhão. Casado, pai de quatro filhos, 03 homens e uma mulher. Os filhos não moram no lote no PA 26 de Março, mas trabalham e residem na cidade de Marabá. Atualmente convive com o casal um netinho de quase dois anos de idade, filho do filho mais novo.

A migração do seu Antonio ocorreu na década de 1980, quando deixou o estado do Maranhão e partiu para o estado do Pará. O sonho da terra própria o fez andar em busca da *sorte* a fim de adquirir um pedaço de terra para viver e trabalhar. Seguindo informações de conhecidos, ficou sabendo que no estado do Pará havia terras devolutas e que não havia resistências em adquiri-las. Pouco tempo antes da partida, o casal tivera o primeiro filho, mesmo assim, seu Antonio se dispõe a deixar a família, e com o coração partido se atreveu a realizar a audaciosa viagem. Enquanto vivia no Maranhão, trabalhava em fazendas da região na função de vaqueiro. Mas essa vida não o deixava feliz, porque trabalhava como empregado. Embora cultivando a roça nas horas vagas nos períodos de alternância do trabalho com o gado, o seu objetivo maior era se tornar livre para organizar a sua própria vida de trabalho.

Partiu em busca do almejado sonho, mesmo contrariando a vontade da esposa, que não concordava com a ideia de ficar sozinha com o filho pequeno. Depois de vários dias de viagem chega ao Pará e, de imediato, foi trabalhar como colhedor de feijão na região de Curionópolis sudeste do estado. Após vários meses neste trabalho, adquire alguns trocados e envia para a família que deixara aos cuidados de parentes e amigos. Para sobreviver, a esposa ganhava o sustento quebrando coco - babaçu. Como a esperança da conquista da terra lhe era persistente, a experiência no trabalho na lavoura de feijão não foi duradoura, muito menos

promissora. Desiludido com o trabalho nas terras alheias parte pra outro rumo. O seu deslocamento agora se volta para a região da Transamazônica especificamente para o município de Anapú, que de acordo com informações, a região oferecia vastas áreas de mata virgem que eram consideradas devolutas. Ao chegar à região e constatar de fato a notícia, seu Antonio consegue adquirir um lote, neste ínterim, o sonho da terra parece que se realizaria. Neste período a economia do cacau estava atraindo muitos colonos que se dedicavam ao cultivo da cultura. Aproveitando a tendência econômica do momento, consegue se instalar provisoriamente na região e com muito esforço consegue juntar algum dinheiro.

Ao chegar de volta, depois de 10 meses ausente da família, a recepção da esposa não lhe foi harmônica, porque segundo informações, o mesmo tinha se envolvido em outro relacionamento conjugal, e desta feita abandonara a família. Depois de muita insistência, seu Antonio consegue reatar o relacionamento que segundo ele, nunca havia se rompido, mas que a esposa assim o considerava. Depois de convencer a companheira a realizar a viagem em rumo a terra que adquirira, a família se desloca na certeza da concretude do sonho. Ao chegar a Marabá, depois de vários dias de sofrimento pela estrada, a esposa desiste de continuar a viagem e resolve então ficar provisoriamente no bairro de Morada Nova.

O esposo insiste em dar continuidade à viagem, porém, não obtém sucesso, a companheira estava decidida a ficar. Para manter o sustento da família o esposo agora procura trabalho, que na época não era fácil, e depois de algumas tentativas consegue ir trabalhar em uma fazenda na função de vaqueiro. Este ciclo de trabalho temporário perdura por longo tempo. Certo dia, ao ouvir o anúncio em um carro de som que divulgava a notícia do MST em formar grupos de pessoas para adquirir um lote de terra para trabalhar, a esperança do sonho da terra se renova. Seu Antonio se dispõe a encarar a vida de acampado passando por privações de toda a natureza. Foram quase dez anos de penosa vida nesta condição, nas adjacências da fazenda Cabaceiras. A família diversas vezes o convencera a desistir do sonho, mas seu Antonio estava resoluto em permanecer na luta movido pela esperança de viver dias melhores. José Pires da Silva, 44 anos, natural do estado do Tocantins. Casado há 22 anos, no entanto não possui filhos. Reside no lote juntamente com a esposa. A esposa exerce atividade de Agente de Saúde no Projeto de Assentamento 26 de Março, vinculada à secretaria de saúde do município de Marabá.

Seu José é filho de agricultor e desde cedo conviveu com os pais na labuta dos trabalhos com a terra. Quando adquiriu a independência dos pais, por ocasião da maior idade, resolveu partir pelo mundo em busca de uma vida melhor. Trabalhou por certo tempo em atividade mineral, na extração de ouro, no período em que a atividade extrativa não era proibida por lei. Com muito esforço e disciplina conseguiu economizar uma quantia em dinheiro o que lhe permitiu adquirir pela compra um lote de terras de 50 hectares no PA Castanheiras município de Marabá. Com a aquisição da terra, na década de 1990, seu José constitui família e assim dá início a uma nova fase em sua vida.

A partir deste período começa a desenvolver trabalhos com a terra. Naquela época, toda a cobertura vegetal do lote era formada por densa floresta. Aos poucos começa a desmatar a cobertura vegetal para dar lugar à formação da roça que fornecia os produtos para alimentação da família. Parte da área desmatada era plantada de gêneros alimentícios e outra parte era formada por pastagens. Após o uso da roça, antes mesmo da vegetação se transformar em mata secundária, por uma questão de agilidade, tais espaços também eram preenchidos por pastagens. Através do penoso trabalho com a terra, a família começou a adquirir alguns animais que aos poucos foram se multiplicando. Com o aumento do rebanho, e a exigência por mais pastagens, a prática do desmatamento se transforma em rotina. Com esta dinâmica, a mata densa desaparece por completo no período de pouco mais de uma década de constante atividade.

Depois de perceber que a renda do gado não era suficiente para o sustento da família, sendo que a terra era pequena e as áreas degradadas só aumentavam a cada ano, e que a produção da roça era necessária, constata que não possuía mais espaços de mata para a realização do roçado. Devido à essa crise, a família percebe a importância do uso racional dos espaços do lote. Nesta agitação de pensamentos, a ideia de adquirir outro lote que possuísse áreas de mata, lhes aparece como um meio de escape para solucionar o problema. O informante relatou que se interessou em comprar um lote no Assentamento 26 de Março porque alguns lotes ainda tinham boa parte de mata virgem e também porque sua localização está próxima à cidade de Marabá. Por este motivo ele vendeu o lote do PA Castanheiras onde morava e assim realiza o seu projeto adquirindo um lote no PA 26 de Março no ano de 2012.

3.2 - A abominação do lucro e o espírito da reciprocidade

Quando os camponeses se referem ao modo de como devem agir em relação à sociedade e à natureza, eles não estão inventando nada. Referenciados pelos costumes e tradições de seus antepassados bem como pelo posicionamento racional no presente, se projetam para o futuro na imaginação do mundo das humanidades. Na campesinidade, as experiências acumuladas ao longo dos anos se assentam em uma visão de mundo em que o dinheiro associado à usura não obtém primazia nas relações sociais. Esta herança cultural ainda sobrevive no universo camponês a despeito das mudanças ocorridas por ocasião da modernidade.

Quero lembrar aqui apenas a profundidade das mudanças na concepção do mundo que abalaram o Ocidente, a partir do século XVIII, criando uma nova cosmologia, atomizada no plano da natureza e individualizada no plano da sociedade, em tudo oposta ao mundo relacional anterior e no qual se inscreve o modo de ver que caracteriza a campesinidade: o mundo do valor de uso, da honra, da hierarquia, da reciprocidade, da *oeconomia* (WOORTMANN, 1990, p.64).

Na *oeconomia* as pessoas são mais importantes que as coisas. Num plano econômico moral as relações são realizadas com base em critérios de valores, não do valor-de-uso, mas do uso enquanto valor; este é um legado que a campesinidade abraça com interesse e simpatia. As relações econômicas são pautadas pela satisfação em atender às necessidades dos sujeitos, de forma que vivam bem coletivamente. De acordo com a ética aristotélica, o comércio que visa o lucro é considerado contrário à natureza. Nas sociedades Greco-romanas o mundo agrário era separado rigorosamente do mundo do comércio. O interesse coletivo sobrepujava os interesses individuais. Neste pressuposto o que se pode chamar de espírito da reciprocidade entra em oposição ao que a modernidade consagrou como o espírito da mercadoria que se realiza num plano individual e egoísta.

No plano da natureza, o que antes era considerado como dádiva de Deus e beneplácito para os homens, este presente sublime, a terra, se transforma em mercadoria, no sentido profano, na escala de interesses individuais. Da mesma forma, os homens que eram reconhecidos como superiores às coisas materiais, de igual modo também são considerados como mercadoria. E ainda mais, mercadoria com data de validade estipulada, quando atingem certa idade, para nada mais serve. O espírito da reciprocidade está vinculado ao campo da moral, o que significa explicitamente a negação do espírito do lucro (WOORTMANN, 1990). O espírito da reciprocidade independe de diferenças econômicas. Ele se situa na esfera dos

princípios morais pautados pela honra e pelo prestígio. Desta forma, o que prevalece é um sentimento de igualdade entre os pares, o que contrapõe a um espírito de superioridade individual e egoísta do capitalismo. Quando a terra é considerada como o lugar do trabalho por excelência, isto implica que as relações que são estabelecidas com a natureza devem ser consideradas harmônicas, num contínuo ciclo de respeito e preservação. Nesta perspectiva a aquisição de uma parcela de terra pelo camponês, não significa um investimento capitalista, onde a terra funciona como uma espécie de aplicação financeira onde se pretende adquirir a capitalização do investimento com o decorrer do tempo, obtendo desta forma o obstinado lucro.

Na campesinidade, a valorização da terra se constitui não somente pela projeção de um valor material, mas pela representação de valores simbólicos associados aos sentimentos de pertencimento ao lugar que constitui o patrimônio da família, lugar este onde se pode viver e trabalhar de forma autônoma e livre, lugar onde os filhos que estão na cidade trabalhando na condição de proletários possam se tornar independentes e autônomos, caso optem pela vida no campo, por ocasião do desemprego e “fracasso” profissional.

Desta forma, a terra não é tida por terra de negócio, mas por outro sentido, como patrimônio da família, compreendido como o lugar da liberdade. Neste sentido, a identidade do sujeito estabelece um vínculo com o lugar, o que é atribuído um senso de pertencimento. Neste pressuposto, a identidade adquire significado e valor quando está associada ao lugar de moradia. Se porventura, o camponês for expropriado do referido pedaço de chão, que é o lugar por excelência, isso representa a sua iminente aniquilação. Desta feita, não se pode confundir terra de trabalho considerada como patrimônio da família, por terra de negócio entendida como mercadoria.

3.3- Estruturas recíprocas: a convivência humana e as articulações com o mercado

Para compreendermos como os camponeses enxergam e concebem o mundo pela via da campesinidade, devemos partir do princípio de que as relações sociais culturais e econômicas não são pautadas exclusivamente pelos critérios da sociedade moderna regida pela austeridade do capitalismo.

Trata-se, contudo, de um geral com nova especificidade, aquela da campesinidade como ordem moral, como um modo de ser, não local, mas específico, distinto quando contrastado à ordem da modernidade. [...] são discursos que constroem o *mundo* e o mundo que constroem é o da humanidade e não apenas da localidade (WOORTMANN, 1990, p.58).

A constituição da ordem moral da campesinidade é compreendida por um universo holístico integrado: terra, família e trabalho. Neste conjunto, quando se fala em honra, reciprocidade, hierarquia e tradição não se pensam separadamente. As relações que norteiam as práticas e costumes em comum são referenciadas por uma ordem social recíproca. Segundo Sabourim (2011), a reciprocidade do ponto de vista econômico nos estudos antropológicos constitui, ou melhor, se define, não somente pela diferenciação da troca mercantil como havia assinalado Polanyi (1957), “mas um princípio oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca” (p.11). É uma ação que envolve a reflexão entre os sujeitos e não simplesmente a permuta de bens e objetos materiais.

A troca mercantil, por sua vez, representa uma forma de negócio onde a lógica de concorrência e sede da ganância pelo lucro individual atropela qualquer um que se lança nesta relação. Nestes termos comerciais, um sai ganhando e o outro perdendo, não representa, portanto, uma relação de justiça. Enquanto que nas relações de reciprocidade, os camponeses estabelecem outra lógica, o que se preza é a boa vizinhança associada ao prestígio e a valorização da pessoa humana. A prodigalidade e a solidariedade são princípios que baliza as relações sociais entre os camponeses. Quanto mais o camponês se dispõe a doar, mais ele se consagra na questão da boa reputação junto à comunidade onde exerce influência. São princípios que constitui o mundo das humanidades.

É assim o vizinho as vezes precisa e diz rapaz eu quero fazer isso rumbora mi ajudar mexer com um gado. Ai eu pego o meu cavalo e vou ajudar. Então é assim quando eu preciso, eu digo rapaz vamu ali fazer isso, eles pegam os animal deles, ai vai todo mundo junto, então, isso é a convivência nossa aqui. (Antonio Santos Balduino. Entrevista concedida em 18/01/ 2016).

Nesta expressão, o camponês se refere às ajudas mútuas na lida periódica com o gado por ocasião da vacinação contra a febre aftosa que ocorre duas vezes ao ano. Nestes períodos de vacinação do gado, os vizinhos se organizam em torno de três ou quatro famílias e vacinam o rebanho em regime de alternância realizando a mesma tarefa nos respectivos lotes. O entrevistado declara enfaticamente que realiza estas atividades com satisfação juntamente com os companheiros.

Ajudar os companheiros nestas circunstâncias implica agir com responsabilidade e consideração, atitudes que constituem uma questão de honra, portanto mais importante que um mero dever entre os pares. Em outros momentos, quando os vizinhos dependem de auxílio no cotidiano da lida com os animais, quando os saberes são limitados para resolver certas questões e embaraços, nestas circunstâncias, os vizinhos que possuem saberes diferentes são convocados a compartilhá-los.

Pra mim eu mi sinto bem o cumpanheiro as vezes num entende, depende dos outros, ele não tem dinheiro pra fazer aquilo e eu mesmo num cobro não. Então eu mi sinto bem porque eles estão mi inxergando, vendo que eu sei fazer então é isso né? aqui quando é pra capar um bicho eles vem aqui mi buscar, então é um prazer que eu tem né? avista não ter leitura, não estudar, eu sei fazer tudo istu né? e uns que tem estudo mais não sabe fazer nada distu e eu sem estudo sei fazer. [...] um dia desse eu tava aqui ai chegou um vizim e disse vamu ali, ai eu muntei na garupa da moto, vamu ali capar um burro brabo, mas refeito, êta bicho que pula(risos...) jogaram o laço nele inforcaram ele lá, ai eu capei ele lá, apliquei um dectomax na popa dele. Depois eu vi ele o meu vizim ai ele disse que o bicho não sentiu nada, tá lá bonzim. Então é um prazer maior na vidaque eu tem, eu não sei ler mas sei fazer.[...] eu trabalhei com um home que me disse assim que todo mundo tem um dom, você nasce com aquele dom e eu acredito que sim. Eu não vou ti mentir não, eu nasci para mexer com animal e com a terra, eu me orgulho de saber isso.
(Antonio Santos Balduino. Entrevista concedida em 18/01/2016).

Para seu Antonio, é uma questão de honra e prazer ajudar e servir aos seus vizinhos nos momentos em que é necessário intervir. Esta definição de honra não envolve apenas valores materiais, mas a produção de sentimentos e de valores humanos, portanto simbólicos. Quando o camponês diz que os vizinhos o enxergam, ele se refere ao sentimento de consideração que norteia as relações. Cobrar um preço estipulado para realizar estas tarefas seria uma afronta aos costumes e tradições dos camponeses. São costumes que consagram as relações de amizade e consideração entre o grupo.

Há situações peculiares baseadas no principio da *oeconomia* formulada por Aristóteles nas relações com os vizinhos. Uma espécie de troca moral. A necessidade de um determinado objeto que pode ser um alimento ou uma ferramenta faz com que os vizinhos estabeleçam um sistema de crédito moral. Ou seja, como se observa nesta fala:

Então hoje eu tenho, amanhã eu não sei se eu tenho. Tu mi entendeu? Amanhã eu não sei se eu tenho, então se eu der uma coisa hoje aqui, amanhã eu não tenho, se eu chegar na tua casa, rapaz tu tem isso pra me vender? Tu acha, se tu tiver consciência, tu vai me vender eu tando com precisão? É quase uma troca. (Antonio Santos Balduino. Entrevista concedida em 18/01/2016).

Segundo a fala de seu Antonio, hoje eu tenho, amanhã eu não sei se terei. Então como eu te servi por ocasião da tua necessidade, de igual modo tu também me servirás. Essas trocas possuem valores considerados éticos, uma lógica que não está relacionada ao mercado moderno. Não é uma forma de negócio capitalista. Na lei da oferta e da procura no livre mercado, quando um produto é requerido por ocasião da escassez o comerciante aproveita a oportunidade para elevar o preço daquela mercadoria, ou seja, explora aqueles que necessitam do bem. Quando um vizinho está passando por necessidades, a lógica que predomina na campesinidade é a de atendê-lo sem cobrar nada em troca no plano imediato. Neste entendimento, os homens são superiores às coisas. A reciprocidade simétrica está na origem dos valores éticos. Nesta relação não há de forma alguma a intenção de dominação, o que significa a ausência de poder nesta convivência.

Essas relações de reciprocidade estruturadas sob sua forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. [...] É também o elemento mais original e interessante da teoria, aquele que oferece a possibilidade de análises e de propostas alternativas em matéria de economia humana.(SABOURIM, 2011, p.12-13).

Em relação à articulação com o mercado, a agricultura familiar e camponesa estabelece intercâmbio de tensão entre relações de reciprocidade, e relações de troca. Nestas relações com o mercado o que se leva em consideração na venda direta dos produtos nas propriedades ou nas feiras-livres é a obtenção dos maiores preços pelos menores serviços. Fornecer alimentos para o mercado não implica ser moderno no plano do valor. Como se sabe, a labuta do camponês que produz os gêneros alimentícios representa um trabalho árduo e penoso. Portanto, quanto mais valor se agrega aos produtos, mais sentido se fará a relação com o mercado, que pode ocasionar tensões entre as duas lógicas: a da reciprocidade (o camponês e o comerciante ou consumidor) e a da troca mercantil (a regulação do mercado) estabelecida por controles independentes dos sujeitos (SABOURIM, 2011).

O trabalho honrado do camponês constitui a qualidade necessária à reprodução da própria vida, porque o trabalho produz o alimento que sustenta a família em primeira instância. Parte da produção vai para o mercado estabelecendo assim um circuito. Fornecer alimentos para o mercado constitui também uma questão de honra no sustento da família. O dinheiro adquirido nesta relação fornece produtos necessários à manutenção da família, já que, somente a produção do lote não atende à todas as necessidades da família. Em relação à

articulação com o mercado, seu José esboça os seus planos agropecuários em relação à sustentabilidade da família.

Na roça deste ano eu plantei milho, feijão, abobra, abacaxi e macaxera. Quando for em fevereiro já tem abobra aí eu vendo. Em agosto já tem a macaxeira [...] eu quero mexer com peixe, dar mais dinheiro e o cara fica mais despreocupado. Eu quero mexer mais só com gado e peixe. José Pires da Silva. (Entrevista concedida em 06/01/2016).

Nesta expressão, o informante afirma que a área das futuras roças será menor pelo fato de depender de mão-de-obra externa. O trabalho familiar exercido no lote não dar conta de todas as etapas necessárias ao cultivo da roça, por esta razão o seu José pretende diminuir o tamanho das roças. Segundo ele, não está sendo fácil encontrar trabalhadores para realizar os serviços demandados. Nesta conjuntura, a produção da roça será suficiente apenas para a manutenção da família e dos animais. Ele não pretende futuramente vender o excedente da produção. Neste caso não será lucrativo, por exemplo, vender a mandioca para o mercado em forma bruta. Neste entendimento, a produção da mandioca, será destinada para complementação da ração dos peixes. Alimentando os peixes com as raízes da mandioca ele consegue agregar mais valor ao produto em vez de vendê-las ao mercado. A intenção do camponês, neste caso, é ampliar a produção de peixe construindo mais tanques. Dessa forma, trabalhará menos em algumas atividades, distribui melhor o tempo e, conseqüentemente, melhora a renda familiar.

O camponês afirma que está recorrendo a essa alternativa pelo fato de encontrar dificuldades em contratar trabalhadores da comunidade que estejam disponíveis para realizar os trabalhos da roça. Já que sozinho (a família) não consegue realizar todas as tarefas do roçado. A sua esposa trabalha apenas nos serviços da casa e do quintal. Para executar os serviços da roça no tempo certo do ciclo agrícola, ele recorre à ajuda de trabalhadores de fora e realiza os serviços na forma de empreita. Por esta razão ele está decidido a se concentrar mais nas atividades da piscicultura e criação de gado leiteiro, pelo fato de dispor de limitada mão-de-obra, sendo que a família é formada somente pelo casal, pois não possuem filhos. Observamos na fala do informante essa evidência.

Entrevistador. -Nos dias programados os trabalhadores vem lhe ajudar?

Entrevistado.-Eles vem, mais não é toda vês não. Num vem no trato certo. hoje mesmo num vieram. Eles trabalham pros outros[...] Acuntece tem vez que o cara dá sorte, o cara arruma uns cabocos pra trabaiá. Agora mermo na limpeza da mandioca eu arrumei duas pessoas. Eles passaram uns seis dias. O trabalho aqui é na empreita, marca a linha 25 X 25 braças (braça: 2,20 m) e o cara se vira dentro dela, o

almoço é por minha conta. Onze hora eles vem almoçar e volta uma hora e meia. O cara na empreita pode pegar cedo e largar até de noite se for pussivel. (José Pires da Silva. Entrevista concedida em 06/01/2016).

O trabalho assalariado, nesta modalidade, não é regido pelos moldes do capital, onde o trabalhador é explorado e oprimido. Quando da contratação dos trabalhadores, quem deve favores nestas circunstâncias é justamente aquele que os convoca, pois estes realizam um trabalho remunerado que é considerado como ajuda. Quando ele diz que está ficando difícil encontrar pessoas para ajudá-lo, o termo ajuda denota respeito à pessoa que está sendo contratada para realizar o trabalho. Na modalidade da empreita, o trabalhador fica livre para organizar o seu tempo de trabalho. A alimentação é por conta da família que recebe o trabalhador. O trabalhador é respeitado pela família, porque exerce uma atividade que é remunerada dignamente, e essa ajuda dá condições para que no tempo apropriado do ciclo sazonal agrícola, o trabalho do roçado seja realizado com sucesso e supra as deficiências da mão-de-obra familiar.

A ajuda do trabalhador consiste em uma questão de honra, porque é uma ajuda que está diretamente relacionada com a produção de alimentos oriundos da roça, que mantém a família e também os animais. Observe a nítida diferença entre as relações de trabalho da antiga fazenda Cabaceiras, mencionada anteriormente no segundo capítulo deste trabalho, onde os trabalhadores eram tratados desumanamente, explorados e oprimidos pelo fazendeiro na prestação de serviços temporários. Estas relações contribuíram decisivamente para um dos fatores que qualificou a propriedade e a vinculou na agenda de desapropriação para fins de reforma agrária.

Quando aparece na fala do seu José que arranjar trabalhadores é uma questão de sorte significa que hoje em dia a força de trabalho no campo esta ficando escassa. É difícil encontrar trabalhadores disponíveis para exercer as praticas da agricultura familiar e camponesa. Ainda mais quando a família é pequena, ou em circunstâncias especiais, aquelas famílias que não possui filhos, a situação é pior.

Nas atividades da pecuária, acontecem os mutirões. Os vizinhos se reúnem coletivamente para cuidar do gado. O serviço não é remunerado, pois essa atividade é desenvolvida por todas as pessoas do grupo que, por sua vez, também possuem um pequeno

rebanho. Nestes encontros ocorre a interação dos grupos familiares, porque nesses momentos todos os envolvidos se sentem úteis e importantes na lida cotidiana da comunidade.

3.4- Reciprocidades na família e a relação de interdependência entre os camponeses e a terra

Na relação (reciprocidade do trabalhador com a terra) que é concebida como uma dádiva de Deus, o trabalho realizado na terra, compreendida como substrato que recebe a semente que proporciona condições para a permanência da vida, é considerado como um valor que se equipara ao valor da própria vida. Sem a terra, a vida não seria possível, pois é através dela que o trabalho se realiza. O cultivo da terra estimula a natureza que, por sua vez, produz o alimento da família. A terra é o lugar por excelência das práticas do trabalho honroso. Os produtos provenientes da terra assinalam que a relação estabelecida é simétrica.

Quando os camponeses observados neste trabalho estabelecem critérios de uso e conservação dos recursos renováveis eles se conscientizam de que a terra é um ser vivo, que necessita de repouso para então repor as energias que foram liberadas durante o processo produtivo. Se porventura não houver períodos regulares de repouso, a *mãe* terra não dará mais os frutos, devido à exaustão de suas energias que foram consumidas durante o processo produtivo. Para os camponeses, pensar desta forma, não diz respeito apenas à localidade, mas num contexto geral, eles asseveram que é assim que deve ser a ordenação do mundo.

As duas famílias do Assentamento 26 de Março pesquisadas compreendem este fenômeno bem claramente. Quando afirmam que vivem da produção da terra. Para estas famílias a terra é considerada como um meio de vida. Ambas as famílias estabelecem rigorosamente sistemas de *pousio*³ nas áreas destinadas ao cultivo do roçado. O espaço do lote é articulado da seguinte maneira (ver figuras 1 e 2): O espaço da casa-quintal compreendido pela casa, a horta, o sitio (as plantas frutíferas), o mangueiro para a criação de suínos, o galinheiro, o paiol (armazém de alimentos). Às adjacências da casa-quintal se encontram o curral, áreas de pastagens para o gado, a área de reserva ambiental (eles chamam este espaço de *matinha*) e por último, o espaço onde é realizado o cultivo da roça, além das represas destinadas à criação de peixes.

Em relação à sinergia estabelecida com a terra representada pelo cultivo da roça, os camponeses declaram que não conseguem passar sequer um ano sem botar a “rocinha”. Para os trabalhadores *botar* a roça, constitui uma questão de honra e, conseqüentemente, de reprodução da vida material. Se isto lhes falta, a decadência é certa em relação à alimentação da família, bem como parte dos animais, por exemplo, aves, porcos e peixes. A roça, neste sentido, é considerada pelos camponeses como a grande *mãe* que alimenta a todos. Por essa razão, a área destinada ao cultivo do roçado recebe um cuidado especial no sentido de estabelecer a dinâmica rotativa do *pousio*.

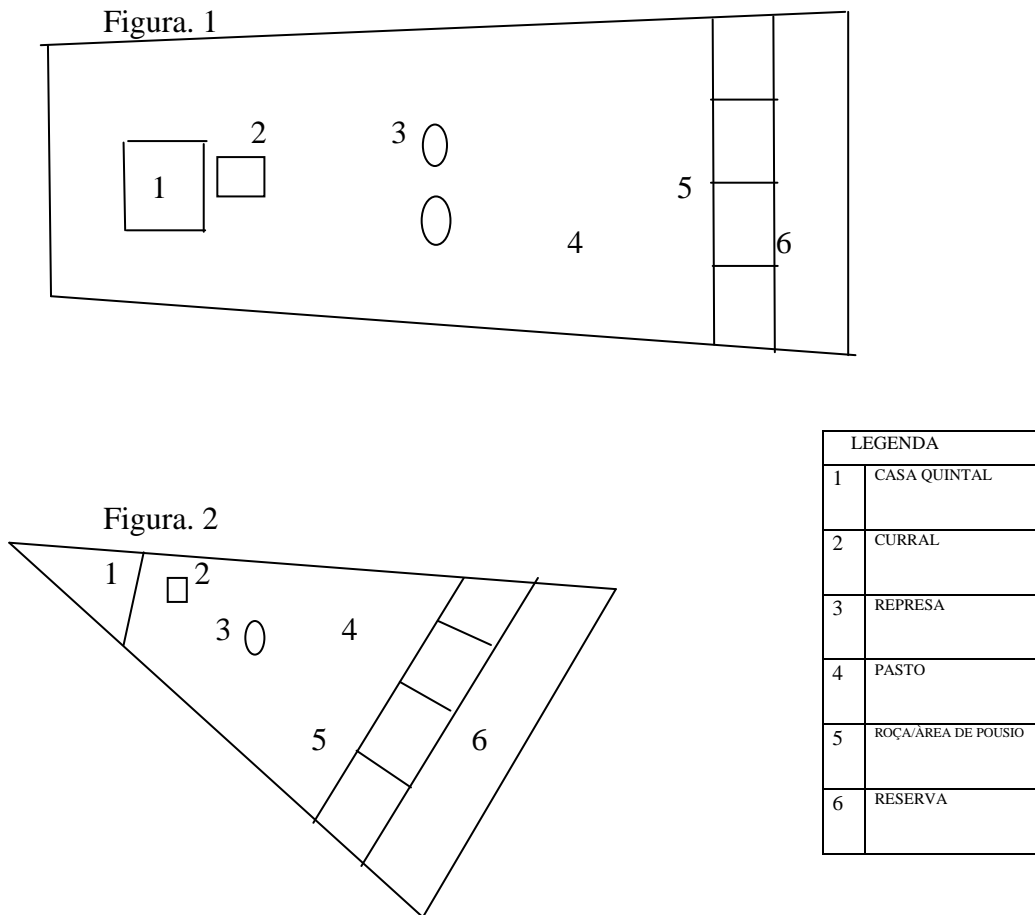
Neste pressuposto, o lugar onde será lavrada a nova roça sempre será o espaço da terra descansada, própria pra receber as sementes que carregam o *dom da vida*, (a germinação da semente se refere à vida). Cultivar a roça neste sentido constitui a estabilidade alimentar da família.

Então eu tem as minhas coisa, eu panho arroz, eu panho milho. Este ano eu não mexi cum roça mas eu plantei um milho, plantei um feijão, já ta bajeando, então é essa coisa, mais esse outro ano eu vou fazer um pedacinho de roça. E vou mexer de novo. Rapaz eu gosto de ta dentro, você ta arrastando. Você vê um milho com dois meis de nascido, ele não cresce não ele faz é voar, então fica cheirando é aquela coisa. (Antonio Santos Balduino. Entrevista concedida em 18/01/2016).

O informante me disse no ato da entrevista que ainda estavam armazenadas no paiol algumas sacas de arroz da roça do ano anterior. A produção de arroz, feijão e farinha é suficiente para a alimentação da família durante um ano agrícola. Por ocasião do prolongado estio, ou seja, a suspensão temporária das chuvas, período ocasionado pelas condições climáticas que assolou a região sudeste do Pará no final do ano de 2015, a semeadura da roça não se desenvolveu satisfatoriamente. Com isso, o pouco que sobrou ainda é motivo de satisfação, pois o camponês diz que o “feijão e o milho estão vigorosos”. Quando a produção da roça é satisfatória, há ocasiões em que parte da produção ainda é dividida com os vizinhos que precisam de sementes para o plantio.

³O espaço das roças é dividido em 04 partes iguais totalizando 08 linhas, o que corresponde a meio alqueire: 24.200 m². Em cada ano o agricultor cultiva 02 linhas de roça. Enquanto um espaço está sendo cultivados os outros três estão em repouso. Nesta rotatividade cada espaço da roça descansa pelo menos três anos. Este tempo é suficiente para a vegetação crescer livremente formando a “capoeira”. Na modalidade da agricultura de corte e queima esta técnica compreende um meio eficaz na recuperação da fertilidade do solo. Ambas as famílias pesquisadas adotam esta prática, pois compreendem que a natureza é um ser vivo e que necessita de descanso.

CROQUIS. USO RACIONAL DO ESPAÇO DOS LOTES. Figura 1: Família do seu José Pires da Silva (vila 01). Figura 2. Família do seu Antonio Santos Balduino. Lote formato raio de sol (vila 04).



As sementes são produzidas e estocadas na propriedade. A maior parte destas são sementes crioulas. Eis a razão dos vizinhos recorrerem ao lote de seu Antonio para adquirir os grãos que serão usados na sementeira. As sementes fornecidas pelo mercado, não são apreciadas por alguns camponeses do Assentamento, eles preferem as sementes crioulas devido ao potencial reprodutivo. As sementes vendidas no mercado não oferecem condições de reprodução. Neste sentido, o camponês fica submetido ao mercado, recorrendo a ele sempre em períodos de sementeira. De acordo com a carência dos companheiros, quando a quantidade de sementes não ultrapassa um quarto de uma saca, é costume de seu Antonio não cobrar por elas.

“Eu não ando querendo ser com os cumpaneiros, o meu orgulho é de ter minhas coisas pra mim comer e servir os companheiros que chegar. O meu orgulho é esse de

ter pra ajudar o companheiro. Essa semana mesmo chegou um vizim aqui e disse, rapaz tu tem milho aí? O meu milho não nasceu. Eu tinha... me vende rapaz que eu não achei pra comprar. Eu fui lá e peguei, e disse, leve pode levar! E já foi muita gente que veio atrás de milho esse ano. Eles sabem que eu guardo. (Antonio Santos Balduino. Entrevista concedida em 18/01/2016).

Para seu Antonio, é uma questão de orgulho e prazer atender aos trabalhadores. Ele se orgulha em fornecer as sementes para os vizinhos. Se por ventura o camponês negar a ajuda, isto significa que não haverá a produção da roça, que por sua vez estabelece relação direta com a alimentação da família. Doar as sementes para os vizinhos requer a concepção de um senso de justiça coletiva. Na campesinidade, estas relações recíprocas com a terra estabelecem um vínculo de dependência dos camponeses com outros seres vivos. Nesta entrevista, fica evidente a preocupação do camponês chefe de família em racionalizar os espaços destinados ao cultivo da roça, bem como das áreas de repouso e de reserva ambiental:

Entrevistador: O que faz o senhor botar a roça todos os anos?

Entrevistado: Todo ano tem que botar roça, é pra dar comida pro bichos, pra galinha, pra porco, pro cara viver comprando direto num tem que aguenta não.

Entrevistado: Além deste serviço físico você se sente bem em trabalhar na roça?

Entrevistado: Rapaz eu gosto de mexer cum roça. Agora mermo eu limpei uma mandioca, só vou mexer cum ela de novo em fevereiro, ai eu vou dar um roço nela e joga capim elargar de mão, dessa ai vou estar disprocupado.

Entrevistado: E a área de preservação? O senhor disse que deixou uma área que não vai derrubar?

Entrevistado: Naquela lá eu não vou mexer não. É um alquere, lá eu vou deixar pra sempre.

Entrevistador: O que motiva o senhor a trabalhar repartindo a terra?

Entrevistado: Purque fica melhor do cara trabaiaá, repartindo. Um ano eu boto roça neste pedaço enquanto o outro fica discansando. Se o cara derrubar tudo, quando precisar tirar uma vara um pau, num tem, precisar fazer um cochete uma vara pra fazer alguma coisa num tem... igual lá na outra terra que eu tinha, não tinha pro cara tirar. Aqui na minha eu vou deixar um alquere ao meno pras caça se juntar. (José Pires da Silva. Entrevista concedida em 06/01/2016).

Em relação à categoria família, nas observações deste trabalho, a reciprocidade permeia também as atividades do grupo familiar. No interior do grupo, a divisão social do trabalho é fundamentada pela questão do gênero. O cultivo da roça é de responsabilidade do homem (responsabilidade do pai e filhos) enquanto os cuidados da casa-quintal ficam a cargo da mulher (mãe e filhas). Nessa divisão do trabalho não há exclusividade de funções como regra. Em algumas ocasiões, as atribuições podem ser direcionadas diferentemente. Por exemplo, a mulher, em circunstâncias especiais, pode ir até a roça realizar algum tipo de ajuda, assim como o homem por sua vez, pode executar os trabalhos da casa-quintal. Todo o trabalho empreendido na terra constitui patrimônio físico e cultural da família enquanto valor.

A família de seu Antonio é composta pelo casal e quatro filhos. Os filhos não moram no lote. Pelo fato de morarem na cidade e trabalharem como empregados, isto não impede que os filhos ajudem os pais nas despesas dos serviços do lote. Quando são solicitados a contribuir nas tarefas, estão prontamente decididos a ajudar com recursos financeiros.

Ai tem vez que eu pago uma diária, eu peço qualquer uma coisa pra me ajudar. Olha eu chamo os meus filhos. Ai eu digo pra eles eu preciso fazer isto, eu quero tanto... se eles não tiver eles diz pega ai um bezerro dos meus e vende. Tem uns bezerrinhos deles ai então é aquela coisa. Eles quando sobra um pouquinho eles mandam de 50 reais de 100 reais. As coisas deles quem tá resolvendo por hora aqui é eu, mais também se eu for tirar um eu digo pra eles.[...] aqui eu mato um suíno eu mando pra rua, lá eu vendo na rola no kilo (a carne sem classificação, carne e osso juntos) ai eles pegam o dinheiro lá e mandam pra mim. Ai eu vou fazer um roçado naquilo que eu quero. (Antonio Santos Balduino. Entrevista concedida em 18/01/2016).

Ainda que morem na cidade, os filhos mantêm contato constantemente com a família e partilham das atividades do lote. Às vezes mandam dinheiro, outras vezes quando o valor é um pouco maior para a realização de algum serviço no lote, por exemplo, no roço do pasto ou nos reparos das cercas, bem como na realização da roça (na modalidade corte e queima) eles autorizam que o pai venda algum animal (bezerro desmamado) e converta o dinheiro em receita para realizar os serviços. Não estão fisicamente presentes, mas contribuem com recursos que é destinado ao pagamento dos serviços. Assim, a família mantém laços recíprocos, embora os membros não estejam convivendo juntos no mesmo espaço. Esta é uma das estratégias de manter o projeto da campesinidade nesta família. Com este fato chegamos ao seguinte raciocínio: podemos dizer que parte do salário do trabalhador na condição de proletário, é destinada a manutenção da família que desenvolve a campesinidade. Neste caso, ocorre a interface entre a ordem moderna e a tradição, num contínuo de negociação.

3.5- Experiências como valor social no projeto da campesinidade.

Quando os camponeses elaboram modos de vida e de se relacionar com a comunidade e a natureza, estão, de certa forma, realizando escolhas racionais que por sua vez representam valores que são estimados e aprendidos. Fazer escolhas, neste sentido, implica estabelecer postura que representa comportamentos diferentes. É nesta perspectiva que a campesinidade é compreendida como um projeto que entra em choque no caldeirão de racionalidades que compõem a frente de expansão amazônica descrita por Velho (2009). A qualidade da

campesinidade compreendida como resistência ao modelo de economia política vigente na modernidade está imbricada de subjetividades que carregam em si um conjunto de valores sentimentais e afetivos que estão em constantes processos de articulação com diferentes modos de conceber o mundo.

Os valores não são “pensados” nem “chamados”, são vividos; e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas e etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. [...] Além disso, os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos (THOMPSON, 1981, p. 194).

Como então se aprende a viver valores, se não na experiência cotidiana? Aprender com as experiências, quer dizer, priorizar interesses que são considerados como um balizador das práticas e relações do homem com a natureza assim como do ser humano com os semelhantes. Desta forma, a defesa destes valores está situada em forma de projetos conscientes. Observe que na fala de seu José, quando este diz que irá preservar para sempre um alqueire da mata, ele denota claramente o seu interesse em preservar os recursos naturais que serão usados pela família em ocasião própria, mas que também estes recursos serão importantes para os animais, quando diz que a mata é para as caças se juntarem.

Quando o seu José diz que no lote do PA Castanheiras onde morava anteriormente, não havia uma área de reserva para o manejo das árvores que lhe são úteis na labuta do cotidiano, e também para o ajuntamento das caças que, em ocasião específica pode ser usado como alimentação da família, ele assegura que no lote atual não fará o desmatamento de toda a área. O seu interesse no presente se reporta ao passado quando ele afirma que aprendeu pela experiência que desmatar toda a área do lote, significa agir contrário à biodiversidade. Para o sujeito autor do discurso, nesta narrativa compreende-se que na interação recíproca com a natureza, a experiência vivida constitui a essência de suas práticas que fazem dele um camponês reflexivo, quando estabelece uma postura de responsabilidade com a natureza.

Mas, experiência faz parte da linguagem cotidiana, está tão imbricada nas nossas narrativas, que seria em vão querer eliminá-la. Ela serve como uma forma de se falar sobre o que aconteceu, de se estabelecer diferenças e semelhanças, de defender um conhecimento “irrefutável” (PIERSON, 1989, p.32 apud SCOTT, 1999, p.20).

Experiência se refere ao modo de agir da vida cotidiana, e não meramente lembranças do passado marcadas por lições de aprendizado. Experiência significa estabelecer um modo

de pensar que está relacionado com as práticas do agir cotidiano onde os sujeitos elaboram racionalmente suas práticas tendo como referencial uma visão de mundo, que os fazem atribuir sentido às coisas. Para o camponês preservar a mata é uma questão de honra, uma espécie de dever, que não precisa estar situado no campo das obrigações exigidas pela legislação ambiental maior. Ninguém obriga o camponês a preservar a natureza. Ele a preserva por que percebe que depende dela para a sua sobrevivência, estas relações estão fundamentadas de certa forma nas experiências pessoais que os trabalhadores vêm desenvolvendo ao longo dos anos. Esta intimidade com a terra proporciona uma relação de interdependência.

Homens e mulheres discutem sobre os valores, escolhem entre os valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e ações. São tão “sujeitos” (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral (THOMPSON, 1981, p.194).

De acordo com a sua trajetória de vida, o camponês aprendeu a respeitar a natureza, porque um dia viveu o infortúnio, quando percebeu que havia expropriado todos os recursos naturais da flora do lote que possuía, que dependia da mata para produzir a roça que, por sua vez, alimentava a família e também parte dos animais domésticos. Além destes fatores, outros motivos adicionais determinaram a sua decisão em abrir mão da terra. Por exemplo, as dificuldades infra-estruturais de acesso do antigo lote. Neste caso, podemos afirmar que o tempo histórico deu condições para a assimilação de aprendizagens, desenvolvendo desta forma, experiências. Voltando à trajetória de vida do camponês, ele relembra o tempo em que morou na cidade, e que também aprendeu pela experiência. Para ele, morar na cidade não lhe foi favorável, pelo fato de saber lidar com as atividades do campo, na cidade sua vida ficou restrita e o mesmo se privou de seus saberes adquiridos na vida do campo, já que é filho de agricultor e aprendeu desde cedo as práticas do trabalho agrícola.

Eu fui criado mexendo com roça, eu já tenho o costume de mexer com roça. Eu não tenho planos de morar na cidade, já passei uma temporada lá, mas não me dei bem não. (José Pires da Silva. Entrevista concedida em 06/01/2016).

Quando o trabalhador diz que não se deu bem em morar na cidade, parece que o confronto com outro mundo lhe deixou impotente no sentido de adquirir os meios necessários para a sobrevivência. Em contrapartida, a sua autonomia e liberdade como camponês lhe foi negada, quando experimentou outras formas de trabalho. Ele é enfático em dizer que não tem

planos de morar na cidade, significa que o trabalho exercido no meio urbano lhes é estranho. Depois de vivenciar outro ritmo de vida, o sujeito decide racionalmente que o campo é o melhor lugar para viver, porque as suas experiências com a terra e comunidade lhes dão condições de viver melhor no campo.

E verificamos que com “experiência” e “cultura” estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência, apenas como idéias no âmbito do pensamento e de seus procedimentos ou (como supõem alguns práticos teóricos) como instinto proletário e etc. Elas também experimentam sua experiência e lidam com esses sentimento na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p. 189).

A valorização da terra compreendida como uma moralidade está inerente ao sentimento dos sujeitos que lutaram para consegui-la. Seu José, movido por uma atitude agressiva com a natureza, desmata todo o lote para dar lugar a pastagens e que, por sua vez, ficou por certo tempo privado do direito de produzir a roça que tanto aprecia. Estas experiências dramáticas o fizeram adotar outro estilo de vida. No outro extremo, por exemplo, a história de vida de seu Antonio, que adquiriu o lote em meio a intensas *batalhas* e uma vida de privações no período do acampamento. O valor da terra para ele está circunscrito num plano subjetivo, um valor não somente material, mas, sobretudo, simbólico:

Eu sofri para mim conquistar o que eu queria. Mas conquistei graças ao meu bom Deus. Você tem que dar valor no que você tem, por que se você não suber, você se dispõe. [...] então isso eu digo, foi pesado foi,mas hoje eu sei dar valor no que eu consegui. Hoje eu vô trabaiá o dia que eu quero, a hora que eu quero, deprimero não, eu trabalhava pros outros. A gente não tinha liberdade. Hoje o que eu faço é meu, é nosso. É meu enquanto eu tô vivo. Quando eu morrer,é dos filhos aí eles é que vão saber o que vão fazer. Por mim fica pra filhos e netos. (Antonio Santos Balduino. Entrevista concedida em 18/01/2016).

Pode-se afirmar que esta concepção da terra como um legado, se confirma pelas experiências que o informante desenvolveu ao longo da sua trajetória de vida, ele experimentou, sentiu momentos de dissabores que o fizeram refletir no presente, por ocasião da aquisição da terra. Nesta reflexão, a terra se constitui como um patrimônio que proporciona a liberdade e autonomia dos sujeitos. Para seu Antonio, essa consciência moral se projeta na concepção de mundo em que os descendentes da família possam gozar de prerrogativas da vida autônoma que o trabalho do campo lhes confere, onde os sujeitos tenham liberdade plena para trabalhar e existir de maneira digna. Ainda em referencia à vida do e no campo, seu

Antonio declara que os filhos que quiserem morar no campo precisam aprender de perto como é a vida.

Quando eu não puder mais trabalhar eu vô ver qual deles que quer assumir, porque nós que vive aqui dentro, nós sabe como é que nós vive, então quem vive lá na rua, no emprego, pra vim pra cá ele acha difícil. (Antonio Santos Balduino. Entrevista concedida em 18/06/2016).

Parece-me relevante a preocupação da família em ensinar os valores da campesinidade para os descendentes. Na concepção de seu Antonio, quem vive na cidade trabalhando como empregado não entende muito bem como é a vida do campo, acha difícil, porque não a conhece. É neste campo de pensamento que o pai de família entende que deve haver o aprendizado por parte dos filhos que não convivem diretamente na dinâmica da comunidade.

A realidade histórica é dinâmica e ao mesmo tempo ambígua. São visões de mundo que se chocam. Na campesinidade as relações humanas são importantes, o espírito capitalista do cálculo individual não obtém primazia. As reciprocidades com a terra, com a família e com a comunidade norteiam as práticas que são operadas por uma questão de honra associada ao prestígio entre os membros do grupo. Nestes termos, estas relações encontram-se vinculadas em forma de projetos. “A reciprocidade, seja como troca obrigatória, seja como o espírito que se opõe ao da mercadoria, opera no interior do *Sítio* (ou de outras construções sociais análogas) porque este sendo um território de reciprocidade é também um campo de honra” (WOORTMANN, 1990, p. 60).

Tais relações são negociadas de acordo com a realidade vivida pelos sujeitos que se encontram no campo das possibilidades entre dois modelos polares - o da tradição e o da modernidade. Neste jogo tenso, “novas formas de sociabilidade vão se desenvolver, acompanhando os paradigmas emergentes, mas não se estabelece uma dominância absoluta – holismo, tradições permanecem presentes em amplas áreas da vida social e do sistema de representação” (VELHO, 2003, p. 98).

O projeto consiste de uma deliberação consciente que está circunscrito no campo das possibilidades dos processos históricos. Isto significa dizer que para a sua permanência, todo o projeto necessita de constante re-elaboração.

Por isso mesmo o projeto é dinâmico e permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussão na sua identidade. A ideia já do senso comum de que a

memória é seletiva, em parte se explica, por essa dinâmica de projetos e da construção de identidades, que leva as referências do passado a um processo permanente de des e reconstrução (VELHO, 2003, p.104).

De acordo com Velho (1983), não encontramos na Amazônia camponeses em estado puro, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade. Na Amazônia, convivem concepções com a terra que são consideradas morais onde a terra é compreendida pelo valor-de-uso com concepções mercantis (WOORTMANN, 1990). Isso nos leva a compreender que, a frente de expansão aglutina diferentes racionalidades, que se lançam em estabelecer relações com a terra e que variam de um polo mínimo, marcado pela campesinidade, onde a relação com a terra está referenciada por uma ordem moral que também sofre influências utilitaristas mercantis.

Por exemplo, um camponês pode poupar para conseguir dinheiro, com o intuito de ampliar a sua terra, no objetivo de alocar os filhos que vão constituir novas famílias. No outro polo, pequenos produtores se reproduzem influenciados pelas tendências utilitaristas da economia de mercado, no caso do comerciante camponês que se transforma em lavrador e fará parte das dinâmicas da economia moral. A ética camponesa, portanto, é caracterizada pelo viés da campesinidade considerando os valores morais, e não somente os bens materiais produzidos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao observar o campesinato na e/ou da Amazônia devemos ter clareza da noção de fronteira. Velho, assim a descreve. “No Brasil a *fronteira* não é uma linha ou um limite, ou um avanço da civilização, ou um processo unilateral ou unilinear. Devemos na verdade falar não de uma *fronteira*, mas de experiências, transações e mutações de *fronteira* múltiplas e complexas” (VELHO, 2009, p. 105).

Ploeg (2009) chama a atenção para a ideia da recriação, observando a resistência dos sujeitos, baseadas nas invenções/criatividades camponesas que estão sendo desenvolvidas nesta região. “A resistência reside na multiplicidade de reações (ou respostas ativamente

construídas) que tiveram continuidade e/ou que foram criadas, no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades” (PLOEG, 2009 apud, MARTINS, 2013, p. 68). A campesinidade compreendida pelo viés da economia moral estabelece de certa forma alguns padrões éticos que sugerem outra forma de ordenamento do mundo. Esta ética camponesa se constitui como um projeto de resistência à modernidade.

O nosso intento ao elaborar este trabalho não foi somente tentar mostrar de maneira explícita como se dá a aplicação do conceito da campesinidade entendido como uma qualidade necessária à permanência do campesinato na fronteira amazônica, especificamente nas relações sociais e econômicas que envolvem as duas famílias do Assentamento 26 de Março no sudeste paraense. Mas, sim, dialogar com a possibilidade de compreender modelos econômicos, sociais e culturais que não estejam plenamente subordinados à lógica excludente da economia de mercado no sistema capitalista. De acordo com o modo de produção capitalista da sociedade moderna, as pessoas assim como a natureza (terra), são tratadas pela lógica do espírito do lucro, representado em forma de mercadorias. Ainda assim, um olhar para as experiências vividas por sujeitos subalternizados, como os camponeses podem apontar para outro modelo econômico que opere, pelo menos em parte, por outra lógica. Nas relações econômicas do campesinato podemos ver o mundo por outro ângulo, o das *humanidades*, onde as pessoas estabelecem outras formas de convivências que possibilita maior respeito à natureza e valorização dos sujeitos. O conceito de campesinidade pretende tramitar pela ordem de valores que tendem a permanência no tempo, como a família, a honra, a moral, o respeito à vida, a generosidade, e a reciprocidade como potencial de estabelecer relações equitativas.

Através deste trabalho chegamos às seguintes ponderações. Que nenhuma produção do conhecimento pode ser considerada como um produto pronto e acabado. Segundo Minayo (1994), todo o conhecimento produzido em ciências sociais constituem-se sempre em uma aproximação da realidade social. A realidade social da campesinidade compreendida pelas categorias analíticas estudadas (terra, família e trabalho) tendo por base as relações de reciprocidades que permeia o cotidiano dos camponeses está imbricada de desafios que apontam para outros ângulos de análises teóricas. Sem desconsiderar a moralidade econômica como ética camponesa, pretendo desenvolver outros estudos sobre a campesinidade.

Dentre estes, aponto como fator importante, compreender as relações recíprocas do homem com a natureza, mediada pelas tecnologias, sem ignorar os valores materiais e simbólicos no plano do imaginário, pois sabemos que, de acordo com o uso racional, boa parte das tecnologias é desenvolvida com o objetivo de propiciar melhores condições de vida. Neste ínterim, os camponeses como sujeitos subalternizados, são sujeitos que também protagonizam processos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério Henriquez. **Territorialização camponesa no Sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará. 2006.
- ARGÜELLO, Katie. **O Ícaro da modernidade**. Direito e Política em Max Weber. São Paulo: Acadêmica, p. 70-71). 1997.
- BARROS, Carlos Juliano. **O sonho se faz à mão e sem permissão, Escravidão temporária e reforma agrária no sudeste do Pará**. São Paulo: Disertação de Mestrado: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- CHAYANOV, A. **La organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, 1974.
- CPT. **Conflitos no campo do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **Conflitos no campo do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DONZELE, Patrícia Fortes Lopes. **Imóvel rural: função social**. In: Anais do I Seminário Estadual de Direito Agrário – SEDAG. Goiânia, 2001. Leia mais: <http://jus.com.br/artigos/25824/o-principio-da-funcao-social-do-imovel-rural#ixzz3j4cjzgUg>
- EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém UFPA/NAEA, 1999.
- FERREIRA, Franklin. **Uma introdução a Max Weber e a obra a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Fides Reformata 5/2. 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. a territorialidade dos movimentos sociais na amazônia: a realidade do município de marabá, no sudeste paraense. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GOMES, Maria Suely Ferreira. **A construção da organicidade no MST: A experiência do assentamento 26 de Março-PA..** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)– Centro de Humanidades , Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988. v. 1, p. 226 e 227.

HÉBETTE, Jean. “**A reforma agrária é a gente quem faz**”. In: HÉBETTE, Jean. *Movimentos sociais contemporâneos no campo paraense*. In: **Cruzando a fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia**\ Jean Hébette. – Belém: EDUFPA, vol. II. 2004.

KANT, Emmanuel. **A crítica da razão pura**. São Paulo: Brasil, 1958.

LECHAT, Noëllen Paule. **Economia Moral um conceito bom para pensar economia solidaria**”. In: CATTANI, A. (et al). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. Acessado em 05/06/2015.

MALISKA, Marcos Augusto. **Max Weber e o estado racional moderno**. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

MARTINS, José de S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC-USP, 2009.

MARTINS, Simone Alves. **Campesinato no Sudeste do Pará**. Diversidade e diversificações nas estratégias de reprodução social. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará. 2013.

MICHELOTTI, Fernando. et al. **O agrário em questão**. Uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no sudeste do Pará. II encontro da rede de estudos rurais. Tecendo o intercambio. O desafio do conhecimento sobre o mundo rural. CD. Rio de Janeiro 2007.

MINAYO, Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, Rogério Rego. USP/UNIFESSPA. São Paulo, 8 a 12 de Setembro de 2014. **A territorialidade dos movimentos sociais na Amazônia: a realidade do município de marabá, no sudeste paraense**. VI Congresso Ibero americano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo 8-12 de setembro de 2014.

MORBACH, M. **Amazônia in concert**. 1997. 72f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

PEREIRA Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará**. Monografia apresentada à Universidade Federal do Pará como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História. Centro de filosofia e ciências humanas faculdade de história Universidade Federal do Pará. 2008.

PIERSON, Ruth Roach. **Experience, Difference and Dominance in the Writings of Women's History**. 1989. (Mimeo).

POLANYI, K, Arensberg C, 1975, **Les systems économiques dans l'histoire et dans la théorie**, Paris, Librairie Larousse. Ed. originale : 1957: Trade and Market in the Early empires. Economics in History and Theory.

_____ **The Great Transformation**. Boston: Beacon Press..Aristote Découvrel'Économie. In *Les Sys Tèmes Économiques* (K,Polanyi e C. Arensberg, orgs.) Paris: Librairie Larousse: 93-116.1975.

PLOEG, Jan. Van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: PETERSEN, Paulo (org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro/ Paulo Petersen (org.) **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

_____ **The New peasantries: Struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization**. London, Sterling, Earthscan, 356p. 2008.

SABOURIN, Eric Pierre. **Apresentação Oral-Agricultura Familiar e Ruralidade**. CIRAD - UNB-CDS, BRASILIA - DF - BRASIL. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

_____ Artigo. **políticas públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade**. Raízesv. 31, n.2, jul-dez / 2011.

SAKAMOTO, Leonardo. **Os acionistas da Casa-grande: A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo. Tese de doutorado: 2007.

SCOTT, Joan W. **Falas de Gênero**. Organização de Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos. Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999. Pp. 21-55.

SEN, Amartya Kumar. **Comportamento econômico e sentimentos morais**. Lua Nova no. 25 São Paulo Apr. 1992 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000100005>.

SIL, N.P. *Kautilya's Arthasātra*, Calcuta, Academic Publishers, 1985.

SOUZA, Carlos Henrique Lopes de. **A Trajetória da Força de Trabalho no Sudeste Paraense: de agricultores migrantes a garimpeiros, de garimpeiros a posseiros, a excluídos, a Sem Terra**. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ **A mizéria da teoria ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar editores. Rio de Janeiro. 1981

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 1999. Última edição 1981. Rio de Janeiro. 2009.

_____. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Última edição 1979. Rio de Janeiro. 2009.

_____. **Sete Teses Equivocadas sobre a Amazônia**. *Religião e Sociedade*, Vol. 10:31-36. 1983.

VELHO, Gilberto. **Pojeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. (antropologia Social).ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

WEBER, Max. **Religião e racionalidade econômica**. In: **Max Weber**. 3.ed. São Paulo:Ática, 1986.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

WILK Richard, **Economies and cultures: foundations of economic anthropology**. Indiana: Westview Press, 1996.